



UnB - Universidade de Brasília
IH- Instituto de Ciências Humanas
SER – Departamento de Serviço Social

**O DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO
BRASIL – UMA ABORDAGEM PRELIMINAR**

LETÍCIA FERREIRA FRAGA

Brasília – DF
2017



UnB - Universidade de Brasília
IH- Instituto de Ciências Humanas
SER – Departamento de Serviço Social

**O DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO
BRASIL – UMA ABORDAGEM PRELIMINAR**

LETÍCIA FERREIRA FRAGA

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Graduada em Serviço Social.

Orientadora:

Prof.^a. Dra. Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Brasília – DF
2017

LETÍCIA FERREIRA FRAGA

**O DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO
BRASIL – UMA ABORDAGEM PRELIMINAR**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Graduada em Serviço Social, tendo sido aprovada pela banca examinadora abaixo.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Professora Orientadora – SER/UnB

Prof.^a. Dra. Miriam de Souza Leão Albuquerque

Examinadora Interna – SER/UnB

Carlos José Pinheiro Teixeira

Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha família, em especial aos meus pais por sempre me apoiarem com muito amor em todas as decisões que tomei na minha vida. E por me proporcionarem condições de estudo e vida melhor, com todos os sacrifícios que foram necessários para isso. Sou eternamente grata a vocês por tudo na minha vida.

Ao meu irmão, por quem tenho um carinho enorme, que sempre me amparou quando necessário. A minha cunhada Kelly, por toda a paciência e dedicação com sua ajuda, principalmente na aferição desse trabalho.

Ao meu marido por seu carinho, compreensão e apoio referente aos meus objetivos de vida.

Aos meus colegas de trabalho Carlos e Thaís, que me nortearam e me ajudaram com muita atenção para a concretização desse trabalho. Ao meu colega de trabalho Rodrigo, que me auxiliou de diversas formas nessa caminhada. Sem contar no Josias, que deu todo seu apoio durante minha formação acadêmica, sempre com muita calma e presteza.

A minha orientadora pela compreensão e delicadeza ao me orientar nessa jornada final de curso.

A todos os meus familiares, em especial minha prima Julia, pelo apoio e carinho nessa caminhada.

Aos colegas que conheci na graduação, em especial Gabriele e Larissa, e a minha amiga de muitos anos Catarina, por sempre me ampararem de distintas formas nesses quatro anos de formação acadêmica.

A todos que participaram da minha vida acadêmica, colegas que conheci nessa formação, professores, e minha supervisora de campo de estágio Camila, por me ajudarem a entender o mundo de uma forma totalmente diferente e abrir os olhos para o que realmente importa.

RESUMO

A presente pesquisa visa analisar o funcionamento da política pública de educação de jovens e adultos voltada às pessoas privadas de liberdade, abordando as normas jurídicas nacionais e normativas educacionais, a fim de verificar se a política pública de educação é suficiente para garantir os direitos desse público. Com esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: descrever a inserção do direito à educação nas normas jurídicas nacionais e nas normativas educacionais; conhecer os mecanismos e estratégias que estão sendo implementados para que o direito à educação de jovens e adultos, daqueles que se encontram em situação de privação de liberdade seja de fato garantido; e pesquisar os resultados da política pública da educação de jovens e adultos junto às pessoas privadas de liberdade no Brasil, analisando os dados das demandas e ofertas de educação em prisões no país e por estado. Trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, sendo um estudo exploratório, constituído por levantamento bibliográfico e documental de textos, além de dados quantitativos referentes, principalmente, à educação de jovens e adultos para as pessoas privadas de liberdade e suas garantias normativas. Os resultados alcançados demonstram que a política pública evoluiu instituindo marcos legais para garantir o direito à educação das pessoas privadas de liberdade, e há mecanismos e estratégias para implementação da educação em prisões. Porém, a política pública de educação não está conseguindo atender a demanda das pessoas privadas de liberdade, sendo essa bem maior que a oferta. A oferta de educação em prisões no Brasil se encontra abaixo de 10%. Portanto, a política pública de educação em prisões precisa ser reformulada para que o direito à educação desse público seja efetivado.

Palavras-chave: Política Pública de Educação. Sistema Prisional. Direitos das pessoas privadas de liberdade.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the functioning of the public policy of youth and adult education directed at persons deprived of their liberty, addressing the national legal norms and educational norms, in order to verify if the public policy of education is enough to guarantee the rights of this public. With this purpose, the following specific objectives were defined: describe the insertion of the right to education into national legal norms and educational norms; to know the mechanisms and strategies that are being implemented so that the right to education of young people and adults, those in deprivation of liberty is guaranteed; and to research the results of the public policy of youth and adult education with persons deprived of their liberty in Brazil, analyzing the data of the demands and offers of education in prisons in the country and by state. It is a quantitative and qualitative research, being an exploratory study, constituted by bibliographical and documentary survey of texts, besides quantitative data referring mainly to the education of young people and adults deprived of freedom and their normative guarantees. The results show that public policy has evolved by establishing legal frameworks to guarantee the right to education of persons deprived of their liberty, and there are mechanisms and strategies for implementation of prison education. However, public education policy is failing to meet the demand of persons deprived of their liberty, which is far greater than supply. The offer of education in prisons in Brazil is below 10%. Therefore, the public policy of prisons education needs to be reformulated so that the right to education of this public is fulfilled.

Keywords: Public Education Policy. Prison System. Rights of persons deprived of their liberty.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matrículas das novas turmas de EJA de 2014.....	33
Tabela 2 - Dados de 2008-2015 de Alfabetizandos do PBA.....	38
Tabela 3 - Distribuição PNLD EJA 2017 - Por etapa de ensino	40
Tabela 4 - Número de alunos de Educação de Jovens e Adultos (incluindo ProJovem Urbano – Ensino Fundamental) de 18 a 29 anos	45
Tabela 5 - Dados Censo Escolar - Ingressantes do ProJovem Urbano.....	45
Tabela 6 - ProJovem Urbano (Edição 2014) - Matrícula e Evasão - Brasil	47
Tabela 7 - ProJovem Urbano (Edição 2014) - Matrícula e Evasão por região.....	47
Tabela 8 - Instrução dos jovens com idade de 18 a 29 anos.....	50
Tabela 9 - Instrução dos jovens com idade de 18 a 19 anos, 20 a 24 anos e 25 a 29 anos	50
Tabela 10 - Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por Nível de Ensino – Brasil 2007-2014	52
Tabela 11 - Grau de instrução da população prisional, por Unidade da Federação	62
Tabela 12 - Matrículas de pessoas privadas de liberdade, por Unidade da Federação em 2014	63
Tabela 13 - Pessoas custodiadas no sistema prisional e carceragens de delegacias.....	65
Tabela 14 - Total de pessoas privadas de liberdade matriculadas, por ano. 2008 - 2014.....	66
Tabela 15 - Matrículas de pessoas privadas de liberdade por etapa de ensino - 2014 ...	66
Tabela 16 - Matrículas de pessoas privadas de liberdade por etapa de ensino - 2014 - Dados concisos	67
Tabela 17 - Matrículas de pessoas privadas de liberdade, por sexo - 2014.....	68
Tabela 18 - Matrículas de pessoas privadas de liberdade, por cor/raça - 2014.	68
Tabela 19 - Matrículas de pessoas privadas de liberdade, por faixa etária - 2014.	68
Tabela 20 - Percentual de Unidades com bibliotecas por Estado.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de matrículas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio, integradas à Educação Profissional.	41
Gráfico 2 - População de mulheres no sistema penitenciário - Brasil - 2000-2014	43
Gráfico 3 - Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por Nível de Ensino - Brasil 2007-2014	53
Gráfico 4 - Evolução da população prisional no Brasil.....	57
Gráfico 5 - Distribuição sentenças de crimes tentados ou consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade.	58
Gráfico 6 - Percentual da população por raça e cor no sistema prisional e na população geral.	59
Gráfico 7 - Distribuição por faixa etária no sistema prisional e na população brasileira.	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB - Câmara de Educação Básica
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional
DPAEJA - Diretoria de Políticas para a Juventude, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
FUNPEN - Fundo Penitenciário Nacional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES - Institutos Federais de Ensino Superior
INAF - Indicador de Alfabetismo Funcional
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP - Lei de Execução Penal
MEC - Ministério da Educação
MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública
PAR - Plano de Ações Articuladas
PBA - Programa Brasil Alfabetizado
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PEESP - Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional
PJU - Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Urbano
PJUP - ProJovem Urbano em Unidades Prisionais
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE - Plano Nacional de Educação
PNLD EJA - Programa Nacional do Livro Didático de Educação de Jovens e Adultos
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROJOVEM URBANO - Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Urbano
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança com Cidadania
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONATEC EJA - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego ,
Educação de Jovens e Adultos

PROUNI - Programa Universidade para Todos

SBA - Sistema Brasil Alfabetizado

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da
Educação

SISFOR - Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada

SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos

TCU - Tribunal de Contas da União

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

V CONFINTEA - V Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Problema da Pesquisa.....	13
Objetivo Geral.....	13
Objetivos Específicos	14
Justificativa.....	14
METODOLOGIA.....	15
CAPÍTULO 1 - A INSERÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NAS NORMAS JURÍDICAS NACIONAIS E NAS NORMATIVAS EDUCACIONAIS.....	17
Contextualização da Educação de Jovens e Adultos e a desigualdade social.....	17
A educação como um direito e a EJA voltada às pessoas privadas de liberdade	20
CAPÍTULO 2 - MECANISMOS E ESTRATÉGIAS EXISTENTES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	28
Ações, projetos e programas voltados à educação de jovens e adultos.....	28
Remição de pena pelo estudo e pela leitura	30
Fomento a abertura e manutenção de novas turmas de EJA	32
Formação Continuada de Profissionais de Educação Básica	34
Financiamento suplementar.....	36
Alfabetização de jovens e adultos	37
Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA) .	39
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)	40
Programa Mulheres Mil	42
Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Urbano (ProJovem Urbano)	44
CAPÍTULO 3 - RESULTADOS DA POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PAÍS, E PARA AS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	52
Resultados alcançados no âmbito da Educação de Jovens e Adultos	52
Resultados da política pública de educação de jovens e adultos junto às pessoas privadas de liberdade: uma análise da demanda e oferta de educação nas prisões do Brasil	60
CONCLUSÃO.....	76
REFERÊNCIAS	80

INTRODUÇÃO

[...] todas as crianças, jovens e adultos têm o direito humano de se beneficiarem de uma educação que atenda a suas necessidades básicas de aprendizagem no melhor e mais completo sentido do termo, uma educação que inclua aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. Uma educação voltada a valorizar os talentos e o potencial de cada indivíduo e a desenvolver suas personalidades, de maneira que eles possam melhorar suas vidas e transformar suas sociedades (UNESCO, 2006, p.17).

Este trabalho de conclusão de curso é um pré-requisito para formação no curso de serviço social da Universidade de Brasília. Tendo em vista que os profissionais assistentes sociais seguem o Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993, no qual é exposto o comprometimento com a defesa de direitos sociais universais, como estudante de serviço social exponho nessa pesquisa esse compromisso, a partir da defesa do direito à educação de pessoas privadas de liberdade. A educação de jovens e adultos foi a modalidade de educação escolhida para essa pesquisa, pois no sistema carcerário, de acordo com dados do Infopen (2014), a maior parte das pessoas privadas de liberdade (89,04%) não completaram o ensino básico.

Entrei em contato com o tema da educação de jovens e adultos após participar e ser aprovada em concurso de nível médio para trabalhar no Ministério da Educação (MEC), quando assumi o cargo de agente administrativo. Ingressei, então, na Coordenação Geral de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), cujo objetivo é "[...] contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais" (Site eletrônico do MEC).

A partir da Constituição Federal de 1988 a educação passou a ser considerada um direito, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 a educação de jovens e adultos foi integrada a educação básica, e somente com a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), em 2006 que as políticas de financiamento para EJA foram realmente

implantadas (BRASIL, 2009c). A educação em prisões teve um impulso em 2005, com o Projeto Educando para Liberdade, no qual participaram vários representantes do governo e da sociedade civil com vinculação ao tema, ocorreram várias atividades como discussões referentes ao tema, seminários regionais e nacionais, oficinas técnicas etc e todo esse debate produziu sugestões que ajudaram na construção das Diretrizes Nacionais para educação em prisões, nas mudanças da Lei de Execução Penal (LEP), na criação de normativas educacionais, maiores financiamentos de projetos, entre outros (UNESCO, 2006).

Para Paulo Freire, a educação é contínua, estamos permanentemente aprendendo, seja por meio de observação, da pesquisa ou por meio da interação com outros sujeitos. O conhecimento dos indivíduos é relativo. Alguns são providos de grau de educação diferenciado de outros, porém não se deve concluir com isso que há uma escala dos que sabem mais e os que sabem menos. O grau de educação diferenciado é complementar. Um professor em sala de aula está constantemente aprendendo com seus alunos (ou pelo menos deveria) e vice e versa; os alunos por sua vez e entre si, também estão incessantemente sendo educado por seus pares e assim por diante (Freire, s.d.).

Assim, nesse trabalho, educação corresponde aos conhecimentos que Paulo Freire expõe a respeito dessa: “O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação” (FREIRE, s.d., p.21). Essa frase traduz com clareza o caráter social e político que a educação exerce, ou deveria exercer sobre o papel das pessoas, de suas obrigações enquanto ser pensante e renovador. A educação deve cumprir o papel de instrumento a ser utilizado para as pessoas se tornarem seres melhores e transformar a sociedade por meio de suas ações, de forma que essa se configure de maneira igualitária, humanista, justa, ou seja, “[...] olhar crítico capaz de entender e transformar a sua realidade” (SCARFÓ, 2009, p.111).

Desse modo, a educação voltada às pessoas privadas de liberdade, segundo Maeyer (2006), deve ser uma ação democrática, voltada ao avanço social das comunidades e não utilizada como instrumento de reabilitação, conforme afirma: “[...] não pode ser [...] usado como ferramenta de reabilitação social. É ferramenta democrática de progresso, não mercadoria. A educação deve ser aberta, multidisciplinar e contribuir para o desenvolvimento da comunidade” (MAEYER, 2006, p.22).

A educação é uma oportunidade social tanto para o presente como para o futuro, que permite à pessoa privada de liberdade desenvolver trajetórias educativas proveitosas, concretizando o direito humano ao projeto de vida. Nesse âmbito, a carência de educação pode ser considerada como um mecanismo que perpetua as desigualdades.

Também o direito à educação opera como um direito “chave”, porque “abre” o conhecimento a outros direitos e à maneira de exercê-los. Isto é, a educação facilita, em boa medida, o “defender-se da prisão”.

Assim se depreende que o acesso à educação e seu aproveitamento têm que ser entendidos a partir do princípio de igualdade. A pessoa privada de liberdade deve receber a mesma educação que os que estão fora da prisão (SCARFÓ, 2009, p. 112).

Esse trabalho está estruturado em seis tópicos principais: Introdução, com problema da pesquisa, objetivo geral, objetivo específico e justificativa; Metodologia; Capítulo 1 que apresenta a contextualização da educação de jovens e adultos e da educação em prisões, além da exposição sobre as normas jurídicas nacionais e normativas educacionais sobre o direito à educação, principalmente a educação em prisões; Capítulo 2 que expõe os mecanismos e estratégias, atuais, como ações, projetos e programas para a implementação do direito à educação das pessoas privadas de liberdade; Capítulo 3 com uma breve apreciação dos dados da educação de jovens e adultos, o perfil atual das pessoas privadas de liberdade e por último os dados da oferta e demanda da educação em prisões e análises da política pública de educação de jovens e adultos para as pessoas privadas de liberdade; e Referências.

Problema da Pesquisa

O problema da pesquisa é analisar o funcionamento da política pública de educação de jovens e adultos voltada às pessoas privadas de liberdade, para verificar, em conformidade com as normas jurídicas nacionais e normativas educacionais vigentes, se a política de educação no âmbito do sistema prisional brasileiro, é suficiente para garantir os direitos desse público.

Objetivo Geral

Investigar a política pública de educação de jovens e adultos para as pessoas privadas de liberdade, tendo em vista as garantias de direitos educacionais estabelecidas em normas jurídicas nacionais e nas normativas educacionais.

Objetivos Específicos

- Descrever a inserção do direito à educação nas normas jurídicas nacionais e nas normativas educacionais;
- Conhecer as garantias formais referentes aos mecanismos e estratégias que estão sendo implementados para que o direito à educação de jovens e adultos, daqueles que se encontram em situação de privação de liberdade seja de fato garantido; e
- Pesquisar os resultados da política pública da educação de jovens e adultos junto às pessoas privadas de liberdade no Brasil, analisando os dados das demandas e ofertas de educação em prisões no país e por estado.

Justificativa

Essa pesquisa visa analisar se a política pública existente para a educação de jovens e adultos, de pessoas privadas de liberdade, é concretamente implementada tendo como base o direito de todos à educação. Também será realizada uma apreciação dos dados referentes à demanda e oferta da educação de jovens e adultos nos estabelecimentos penais em cada estado brasileiro. Espera-se que esse trabalho acrescente, na prática, alguma mudança referente à política de educação destinada às pessoas privadas de liberdade, trazendo para a ciência e para a sociedade, principalmente para o público alvo da pesquisa, uma percepção da importância desse tema e posterior transformação concreta na realização do atendimento à demanda educacional dessas pessoas, tendo em vista que as pessoas privadas de liberdade também têm direito à educação, um direito humano e, portanto, assegurada a todas as pessoas.

METODOLOGIA

Para que uma pesquisa seja realizada é fundamental que se escolha um método para sua efetivação. Para Richardson (2012), o método de pesquisa nada mais é do que a escolha de procedimentos ordenados:

Em sentido genérico, método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos. Esses procedimentos se aproximam dos seguidos pelo método científico que consiste em delimitar um problema, realizar observações e interpretá-las com base nas relações encontradas, fundamentando-se, se possível nas teorias existentes (RICHARDSON, 2012, p.70).

O método quantitativo será utilizado concomitantemente com o método qualitativo, pois os dados referentes à demanda e oferta da educação de jovens e adultos em estabelecimentos penais dos estados brasileiros, serão apreciados para uma melhor perspectiva da efetivação das políticas públicas para as pessoas privadas de liberdade. O autor supracitado esclarece, ainda, a importância da aplicação desse método nas pesquisas: “[...] o método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências” (RICHARDSON, 2012, p. 70).

Portanto, para a efetivação desse trabalho será empregado tanto o método qualitativo quanto o quantitativo, realizando assim uma combinação entre os dois para que a pesquisa apresente resultados mais seguros e confiáveis. Essa combinação de acordo com Flick (2009) pode levar a resultados mais amplos sobre o tema do que se fosse utilizado somente um dos métodos, podendo ainda um completar o outro, gerando assim um resultado mais completo. O autor esclarece, ainda, sobre a triangulação combinando métodos qualitativos e quantitativos:

[...] as diferentes perspectivas metodológicas complementam-se para análise de um tema, sendo este processo compreendido como a compensação complementar das deficiências e dos pontos obscuros de cada método isolado. A base desta concepção é o *insight* lentamente estabelecido de que “métodos qualitativos e quantitativos devem ser vistos como campos complementares, e não rivais” (JICK, 1983, p. 135). No entanto, os diversos métodos permanecem autônomos, seguem operando lado a lado, tendo como ponto de encontro o tema em estudo. E, por fim, nenhum dos métodos combinados é visto como sendo superior ou preliminar. Quer os métodos sejam ou não utilizados simultaneamente, ou empregados um após o outro, este é um aspecto menos

relevante se comparado à noção de serem vistos em igualdade quanto ao papel que desempenham no projeto (FLICK, 2009, p.43).

Quanto ao objetivo da pesquisa, essa pode ser classificada como um estudo exploratório, como explica Gil (2008, p.27): "As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores." Para tanto, esse estudo exploratório realizará o que Gil (2008) se refere como "proporcionar visão geral", pois a partir dessa será entendida a questão da efetivação ou não das políticas públicas de educação para as pessoas privadas de liberdade.

Esse trabalho será constituído por um levantamento bibliográfico e documental de textos, além de dados quantitativos referente, principalmente, à educação de jovens e adultos privados de liberdade e suas garantias normativas. Dessa maneira, será feita uma revisão da literatura a partir de leituras e análises dos textos e dados investigados. Quanto aos textos, a análise será realizada através do procedimento documental: "Em termos gerais, a análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionadas" (RICHARDSON, 2012, p.230).

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc (GIL, 2008, p.51).

CAPÍTULO 1 - A INSERÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NAS NORMAS JURÍDICAS NACIONAIS E NAS NORMATIVAS EDUCACIONAIS

Contextualização da Educação de Jovens e Adultos e a desigualdade social

A desigualdade educacional no Brasil é histórica, assim como a dívida social do Estado para com os excluídos. Essa realidade é atribuída a negligência das elites dominantes em relação à educação escolar dos negros, dos trabalhadores do campo, dos quilombolas, dos pescadores, dos trabalhadores braçais, etc. A cidadania desses segmentos sociais sempre foi negada pela mencionada elite, tanto intelectual quanto econômica, e ainda hoje atinge seus descendentes por serem os naturais herdeiros das mazelas de seus antepassados (BRASIL, 2000a).

Esses grupos sociais eram, e ainda são, alvo de acesso a direitos restritos, seja por força da discriminação e preconceito por sua raça, sexo, cor, idade, religião entre outras. Faz parte da reparação da dívida histórica a esses grupos sociais a implementação da educação de jovens e adultos no Brasil, e com isso estabelecer o princípio da igualdade no que tange ao ensino (BRASIL, 2000a).

Antes das legislações e normativas que instituíram a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um direito, essa modalidade de ensino era vista como um tipo de compensação por conta da desigualdade existente no Brasil (BRASIL, 2000a). A desigualdade social é inerente às relações de poder presentes na estrutura social. Desde o período da colonização desse país, colonizadores com a intenção de alcançar uma exploração econômica satisfatória, inferiorizaram os negros e os nativos, ao legitimar sua dominação pela crença de que os europeus eram superiores, classificando os colonizados por suas estruturas biológicas, supostamente distintas, convalidando essa ideia a partir da utilização da mão de obra escrava (RAMOS, 2016).

Outros fatores fundamentais para compreender a desigualdade social no Brasil passam pelos regimes políticos onde o poder era exercido por pessoas pertencentes às elites política, social e econômica, em especial, na configuração das chamadas oligarquias. A desigualdade social também pode ser fruto de ditaduras e regimes políticos instáveis, disseminados na América Latina em determinados períodos históricos apoiados pelas elites. Assim, na ditadura a desigualdade social é agravada pelo arrocho salarial, e a não redistribuição da riqueza socialmente produzida, entre outras questões.

No capitalismo, a desigualdade social se tornou mais acentuada a partir da adoção do modelo neoliberal, no qual tem como eixos fundamentais o Estado mínimo, a concentração de renda/riqueza, a quebra de direitos trabalhistas, o sistema financeiro privilegiado, as privatizações indiscriminadas, os investimentos estrangeiros, as políticas sociais pouco significativas, a exclusão social, o agravamento da pobreza, entre outros (COSTILLA, 2005).

A segregação que herdamos dos colonizadores em relação aos negros, índios e mestiços, fizeram com que a sociedade pós-colonial discriminasse esses diferentes segmentos sociais, também em termos de acesso ao mercado de trabalho, salário, escolaridade e oportunidades sociais. Portanto, a dívida social relacionada à histórica desigualdade social que ocorreu e ainda ocorre no Brasil, também, gera a desigualdade educacional. Deste modo, a desigualdade social existente no Brasil se expressa na maior parte do público da educação de jovens e adultos. O Parecer CNE/CEB nº 11/2000, redigido com base no Parecer CNE/CEB nº 15/98, apresenta os estudantes da EJA: “[...] são adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com vida escolar mais acidentada” (BRASIL, 2000a, p.9).

No Brasil, país que ainda se ressent de uma formação escravocrata e hierárquica, a EJA foi vista como uma compensação e não como um direito. Esta tradição foi alterada em nossos códigos legais, na medida em que a EJA, tornando-se direito, desloca a idéia de compensação substituindo-a pelas de reparação e equidade. Mas ainda resta muito caminho pela frente a fim de que a EJA se efetive como uma educação permanente a serviço do pleno desenvolvimento do educando (BRASIL, 2000a, p.66).

A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) está inserida na educação básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96. A EJA, anteriormente conhecida como ensino supletivo, não integrava a Educação Básica (antigos 1º e 2º graus). A Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, nº 5.692/71, abordava como uma das finalidades do ensino supletivo complementar a escolarização não somente do adulto que não conseguiu concluir o ensino em idade própria, como também complementar o ensino do adolescente na mesma situação. Machado (s.d., p.3) afirma que: “Na legislação específica sobre o ensino supletivo já aparece à idade mínima de 15 anos como demarcadora da clientela potencial desta modalidade de ensino, incluindo, portanto, os jovens”, o que ocorre ainda hoje na modalidade EJA, cujo público alvo são pessoas com 15 anos ou mais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 5.692/71, ao estabelecer as diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus, não incluiu no Sistema de Ensino aqueles que não estudaram em idade considerada apropriada (dos 7 aos 14 anos). Criou, no entanto, um sistema de atendimento paralelo ao sistema de Ensino Regular. O Ensino Supletivo, nesse período, configurou-se em um subsistema do Ensino Regular e abrangia o processo de alfabetização, a aprendizagem, a qualificação, algumas disciplinas e também a atualização (CHILANTE; NOMA, 2009, p.226).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 institui em seu 5º artigo como direito público subjetivo o acesso à educação básica obrigatória, podendo qualquer cidadão acionar o poder público para exigí-lo. Logo, garante como dever do Estado, em seu 4º artigo inciso VII, a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996). Estabelece também, o acesso e a gratuidade do sistema de ensino para os jovens e adultos, com o objetivo de dar a oportunidade para esse público que não conseguiu completar os estudos na idade própria.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

A partir da década de 1990, muitas ações foram organizadas em torno da educação de jovens e adultos desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, destacando-se a V Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (V CONFINTEA), a organização de fóruns estaduais e municipais de EJA, além da publicação da Resolução do CNE/CEB nº 1/ 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e do Parecer do CNE/CEB nº 11/2000 sobre tais diretrizes (MACHADO, s.d.).

A educação como um direito e a EJA voltada às pessoas privadas de liberdade

A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece o direito de todos a educação, em seu artigo 26º, instituindo que pelo menos a educação da etapa de ensino fundamental deve ser gratuita. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, a educação como um direito de todos e dever do Estado. Em seu artigo 208 inciso I, estabelece a garantia da “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” garantindo, assim, a educação de jovens e adultos para todos os que quiserem gozar desse direito.

O público da EJA é bem diversificado, incluindo os quilombolas, os povos indígenas, as pessoas privadas de liberdade, dentre outros. Esse trabalho tratará especificamente da educação de jovens e adultos como um direito de todos, com foco na EJA voltada às pessoas privadas de liberdade. A desigualdade social e a violência demarcam um campo de referência desse público. De acordo com documento da Unesco o perfil das pessoas privadas de liberdade¹ “[...] reflete a parcela da sociedade que fica fora da vida econômica. Segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2006, “Informações Penitenciárias”, [...] 95% são pobres ou muito pobres; 65% são negros ou mulatos [...]” (JULIÃO, 2009, p.62).

O reconhecimento das diferentes características do público de EJA é um princípio importante para atender a demandas específicas. É a partir dessa orientação que a Diretoria de Políticas da Educação de Jovens e Adultos tem atuado, criando condições para a oferta diferenciada segundo especificidades concretas de seu público. Nesse contexto, a Secad tem reconhecido a população prisional como mais um público específico, que exige medidas para inserção educacional urgentes (UNESCO, 2009, p.20).

A violência, segundo Wieviorka (1997) apresenta-se com um novo paradigma através das mudanças que ocorreram nas sociedades, uma dessas transformações é a questão da globalização da economia (mundialização da economia) que é efetivada pelo modelo neoliberal.

¹ Em 2014 a população prisional atingiu o quantitativo de 622.202 pessoas, sendo a quarta maior do mundo. (INFOPEN, 2014)

[...] não é inútil evocar os vínculos entre a mundialização, e o neoliberalismo que a fundamenta ideologicamente, e a violência. Com efeito, esta última se alimenta, no mínimo indiretamente, das desigualdades e da exclusão que se reforçam com o mercado generalizado, a livre iniciativa, o rigor orçamentário e o livre comércio, e é sensível às evoluções que tornam a troca mais importante do que a produção e que ameaçam o trabalho, tanto do ponto de vista de seu significado central, enquanto sentido da experiência humana, como enquanto fator estreitamente associado ao crescimento (WIEVIORKA, 1997, p.17).

O autor, ainda, traz formas ilegais de violência que o próprio Estado apresenta como o autoritarismo, tortura, abusos entre outros.

[...] o Estado, pela intervenção de seus agentes, pode praticar ou encobrir uma violência ilegítima, contrária a seu discurso oficial, como acontece em países democráticos onde existem a tortura, os abusos policiais ou militares de todo gênero, ou ainda a delegação do uso da força a atores privados que a exercem em proveito de seus próprios interesses (WIEVIORKA, 1997, p.19 apud PINHEIRO, 1996).

De acordo com Soares (2010), a tortura no Brasil é fruto da chegada da elite colonizadora portuguesa, da época da Inquisição, em nosso território. Essa prática persistiu em todos os momentos históricos do Brasil até os dias de hoje. As vítimas em potencial desse crime sempre foram as minorias, os infiéis, os negros, os chamados marginais, os opositores dos regimes opressores, os presos comuns, etc. O abuso aos direitos humanos foram (ou ainda são) praticados utilizando-se da pseudo justificativa necessária para punir, disciplinar purificar, obter possíveis confissões e informações, intimidar, derrotar a vítima da tortura física e moralmente, dentre outros bestiais objetivos.

Segundo pesquisa realizada em 2009 pela agencia Nova S/B em parceria com o IBOPE, 26% dos entrevistados disseram ser a favor da tortura por agentes do Estado. Para aqueles com renda mensal acima de cinco salários mínimos, esse índice chegou a 42%, em contrapartida, aqueles com renda mensal menor que cinco salários mínimos foi, no máximo, de 19%. A Pastoral Carcerária pesquisou casos de tortura em 20 estados. Os estados que mais torturaram em 2010 foram: São Paulo – 71 torturados, Maranhão – 30 torturados, Goiás – 25 torturados, Rio Grande do Norte – 12 torturados. A maioria dos torturadores não sofreu qualquer punição. Essas torturas aconteceram no interior de delegacias e carceragens por policiais civis, na rua, residências ou locais privados, pela

polícia militar. As denúncias de tortura são feitas por familiares, privados de liberdade e outros (SOARES, 2010).

A autora, ainda expõe, a título de exemplo, que muitos que durante a ditadura militar condenavam a tortura, pois ela atingia políticos, estudantes e profissionais liberais, ficam em silêncio quando o ato atinge os marginalizados. Isso leva a acreditar que a condenação à tortura é elitista. Assim, de acordo com Soares (2010) Marilena Chauí entende que:

As classes dominantes criminalizam as populares, associando-as ao banditismo e à violência; porque esta é uma maneira de circunscrever a violência, que existe em toda a sociedade, apenas aos “desclassificados” que mereceriam todo o rigor da polícia, da suspeita permanente, da indiferença diante de seus legítimos anseios (SOARES, 2010, p.29 apud CHAUI).

Importante destacar, também, a violência referente ao racismo institucional, das instituições policiais, típico do preconceito racial existente na sociedade. “O racismo institucional é outro fenômeno que reproduz as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira” (INESC, 2011, p.21). De acordo com o INESC (2011), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) determina como racismo institucional, proporcionar serviços inadequados por meio das instituições, “[...] às pessoas por causa de sua cor, cultura e origem racial ou étnica” (INESC, 2011, p.21).

[...] a dimensão recalcada da performance policial típica: a seleção do suspeito orientada pelo preconceito contra o jovem, sobretudo do sexo masculino, pelo estigma aplicado aos pobres, e pelo racismo contra os negros. Não por acaso o censo penitenciário nacional retrata uma distribuição perversa de cor, idade, gênero e classe social. O quadro não é fiel à distribuição da prática de crimes, na sociedade, mas ao filtro que constrói a suposta realidade do universo criminoso, segundo critérios seletivos bastante específicos. A miopia histórica de nossas políticas criminais raramente as autoriza a olhar para cima; habituaram-se a olhar para baixo, para a base da pirâmide social, para as chamadas classes subalternas eis o legado de nossa tradição oligárquica e autoritária, que conduziu nossas desigualdades ao paroxismo (SOARES, 2005, p.1).

De acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC (2011) a violência racial é uma particularidade da violência letal: “[...] a violência letal no Brasil tem uma dimensão racial, territorial, etária e de gênero” (INESC, 2011, p.21). O mapa da violência de 2016, da FLACSO, apresenta a crescente violência letal contra os negros. Na citação, abaixo, HAF significa homicídios por armas de fogo:

Ainda mais perversa e preocupante é a seletividade racial dos HAF, além de sua tendência crescente. Entre 2003 e 2014, as taxas de HAF de brancos caem 27,1%, de 14,5, em 2003, para 10,6, em 2014; enquanto a taxa de homicídios de negros aumenta 9,9%: de 24,9 para 27,4. Com esse diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 71,7%, em poucos anos mais que duplica: em 2014, já é de 158,9%, ou seja, morrem 2,6 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo (WAISELFISZ, 2016, p.72).

A UNESCO em seu livro, *Educando para Liberdade* traz a educação como uma das fontes no combate a violência “Voltaire disse: “À force de s’occuper de choses urgentes, on oublie les choses essentielles”. É preciso enfrentar questões essenciais, como a educação, mais do que as que parecem urgentes, a fim de combater a violência [...]” (UNESCO, 2006, p.70).

Sauer (2010) expõe no Parecer nº 4/2010, um histórico sobre as prisões mostrando que antes do século XVIII o cárcere tinha como função castigar e oprimir o preso e só a partir desse século seu papel se transformou para além da punição, dando ênfase também à questão da correção para reintegração social do apenado. O surgimento da escola constitucionalista no Brasil, no século XX, influenciou ideias preconceituosas, pois essa escola “[...] acreditava haver uma relação determinável entre as características morfológicas, físicas e psíquicas de cada ser humano e que se poderia descobrir a predisposição de determinados indivíduos em relação a enfermidades e ao crime [...]” (BRASIL, 2010a, p.4).

Até o século XX a função de corrigir e recuperar o preso não foi posta em ação pelo sistema prisional brasileiro, pois essas instituições não estavam, por diversos motivos, preparadas para tal. Podemos destacar alguns motivos como falta de recursos, sistemas autoritários, administração prisional sem capacitação, preconceito, etc. Nos dias atuais o papel reparador das prisões ainda não foi efetivado, a população carcerária muitas vezes é tratada de forma desumana e vários direitos são suprimidos ou ignorados, inclusive o direito à educação, visto por alguns agentes que trabalham no sistema penitenciário como uma prerrogativa que o apenado não deve usufruir.

Pode-se afirmar que a violência, a crueldade e a indiferença aos maus tratos, enfim, a tratamento indigno dispensado à população carcerária que caracteriza sua desumanização tem vínculos com as culturas jurídica e religiosa sobre a punição que funcionam como mecanismo de legitimação. “Bandido não carece de proteção do Estado” é um discurso que tem suas raízes neste caldo de cultura que está presente no sistema penitenciário e na sociedade brasileira.

Essa visão também atinge a oferta de educação nas prisões. O direito à educação (que deve ser garantido) é visto e tratado como um benefício e até um privilégio. Inclusive muitos trabalhadores penitenciários acreditam que qualquer ação positiva para os presos significa premiar o comportamento criminoso. Em tal contexto pode-se observar duas lógicas opostas: a da educação que busca a emancipação e a promoção da pessoa e a da segurança que visa a manter a ordem e a disciplina por meio de um controle totalitário e violento subjugando os presos. São procedimentos nada educativos. A natureza do estabelecimento penal, como funciona hoje, é hegemonicamente mais punição do que recuperação do apenado (BRASIL, 2010a, p.5).

Foucault (1987) ressalta a função punitiva das prisões: “O que se engaja no aparecimento da prisão é a institucionalização do poder de punir, ou mais precisamente: o poder de punir (com o objetivo estratégico que lhe foi dado no fim do século XVIII, a redução dos ilegalismos populares) [...]” (FOUCAULT, 1987, p.149).

Aguiar (2012) mostra que a histórica desigualdade social existente em nosso país, também, determina esse modelo de prisão punitiva.

Poderíamos acrescentar que o contexto histórico também tem muito a dizer sobre o modelo de prisão adotado no continente e revela que o encarceramento em massa e o tratamento meramente punitivo do interno, atualmente adotado em muitos países latino-americanos, têm também origem no modelo de sociedade altamente desigual e hierarquizado que marca nossa história desde o período pós-colonial (AGUIAR, 2012, p.76).

É de extrema importância alterar a cultura existente no sistema prisional, como por exemplo, retomar a lógica dos princípios e a metodologia de construção coletiva do Projeto Educando para Liberdade, produto de uma “[...] parceria entre os ministérios da Educação e da Justiça e da Representação da UNESCO no Brasil, com apoio do governo do Japão” (UNESCO, 2006, p.7), realizado entre 2006 e 2008, que em um de seus eixos previu a capacitação de profissionais, educadores e servidores do sistema prisional, porém de acordo com a UNESCO (2009) ao final daquela execução foram capacitados somente 28% dos educadores e 36% dos servidores referente à meta estabelecida no Projeto. Esse Projeto também iniciou vários debates sobre o tema da educação nas prisões, encontros, visitas, seminários regionais, impulsionando, também, seminários nacionais entre outras diversas atividades gerando conquistas nesse campo, como propostas para alterações da Lei de Execução Penal, a melhora da articulação entre Educação e Administração Penitenciária (UNESCO, 2006), assim como a instituição das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade, em 2010, que também, é fruto do Projeto supracitado, entre vários outros resultados, envolvendo

“[...] diferentes atores vinculados à educação em prisões, incluindo profissionais da execução penal e internos do sistema penitenciário” (AGUIAR, 2012, p.34).

A Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação (2009) constata, através de visitas e entrevistas, como de fato as questões referentes à educação dentro do sistema prisional são na prática:

- a educação para pessoas encarceradas ainda é vista como um “privilégio” pelo sistema prisional;
- a educação ainda é algo estranho ao sistema prisional. Muitos professores e professoras afirmam sentir a unidade prisional como uma ambiente hostil ao trabalho educacional;
- a educação se constitui, muitas vezes, em “moeda de troca” entre, de um lado, gestores e agentes prisionais e, do outro, encarcerados, visando a manutenção da ordem disciplinar;
- há um conflito cotidiano entre a garantia do direito à educação e o modelo vigente de prisão, marcado pela superlotação, por violações múltiplas e cotidianas de direitos e pelo superdimensionamento da segurança e de medidas disciplinares.

Quanto ao atendimento nas unidades:

- é descontínuo e atropelado pelas dinâmicas e lógicas da segurança. O atendimento educacional é interrompido quando circulam boatos sobre a possibilidade de motins; na ocasião de revistas (blitz); como castigo ao conjunto dos presos e das presas que integram uma unidade na qual ocorreu uma rebelião, ficando à mercê do entendimento e da boa vontade de direções e agentes penitenciários;
- é muito inferior à demanda pelo acesso à educação, geralmente atingindo de 10% a 20% da população encarcerada nas unidades pesquisadas. As visitas às unidades e os depoimentos coletados apontam a existência de listas de espera extensas e de um grande interesse pelo acesso à educação por parte das pessoas encarceradas;
- quando existente, em sua maior parte sofre de graves problemas de qualidade apresentando jornadas reduzidas, falta de projeto pedagógico, materiais e infraestrutura inadequados e falta de profissionais de educação capazes de responder às necessidades educacionais dos encarcerados (CARREIRA, 2009, p.2 e 3).

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece em sua nona meta a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais. Uma de suas estratégias para alcançar essa meta é:

[...] assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração (BRASIL, 2014a).

A Lei de Execução Penal nº 7.210/1984 dispõe em seu artigo 10 sobre a assistência ao apenado, com a finalidade de prevenir o crime e nortear a reinserção desse sujeito na sociedade. No artigo 11 da mencionada lei há a previsão à assistência educacional para os apenados e no artigo 18 a obrigatoriedade do ensino do 1º grau (Ensino Fundamental). A Lei de Execução Penal é do ano de 1984, mas somente em 2009 foi criada e publicada a Resolução nº 3 de 11 de março de 2009, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais, que apresenta dentre outras diretrizes em seu artigo 5º, a obrigação das autoridades dos estabelecimentos penais assegurarem espaços adequados as atividades educacionais, não só salas de aula, como também bibliotecas, laboratórios etc, além de “[...] integrar as práticas educativas às rotinas da unidade prisional e difundir informações incentivando a participação do(a)s preso(a)s e internado(a)s” (BRASIL, 2009d).

Em 2010 foi publicada a Resolução nº 2 de 19 de maio de 2010, pelo Ministério da Educação, que, também, dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Em 2011 foi publicado o Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, que instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), instituído pelo Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996, dentre outras metas, destaca-se:

[...] apoiar programas de informação, educação e treinamento de direitos humanos para profissionais de direito, policiais, agentes penitenciários e lideranças sindicais, associativas e comunitárias, para aumentar a capacidade de proteção e promoção dos direitos humanos na sociedade brasileira (PNDH, 1996).

O Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) criado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994, esclarece em seu artigo 3º que os recursos do FUNPEN, além de outras aplicações, serão utilizados em “VI - formação educacional e cultural do preso e do internado” (BRASIL, 1994). A Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017, que altera a Lei Complementar nº 79/1994, acrescenta entre a utilização dos recursos: “VII- elaboração e execução de projetos destinados à reinserção social dos presos, internados e egressos, inclusive por meio da realização de cursos técnicos e profissionalizantes” (BRASIL, 2017c). Os recursos do FUNPEN, também, poderão ser repassados por convênios, acordos ou ajustes. O FUNPEN é gerido pelo Departamento Penitenciário

Nacional (DEPEN), do Ministério da Justiça e Segurança Pública com objetivo de: “[...] proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário nacional” (BRASIL, 2017c).

O Parecer da CEB nº 11/2000, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, reconhece a educação como direito de todos e apresenta que a EJA deve atender a todos os segmentos sociais, dentre eles estão incluídos os encarcerados. Ainda, expõe a respeito da construção da organização do projeto pedagógico que deve considerar o perfil do aluno de EJA e sua real situação.

A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação (BRASIL, 2000a, p. 9).

As políticas de educação de jovens e adultos, especificamente dos privados de liberdade, atualmente são geridas pelo Ministério da Educação, na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), pela Diretoria de Políticas para a Juventude, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (DPAEJA), e alguns programas referentes à educação profissional são coordenados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), todos em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

As principais garantias educacionais, para o público privado de liberdade, são constituídas pelas seguintes fontes normativas: a Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Lei de Execução Penal de 1984; a Constituição de 1988; a Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996; o Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996; o Parecer da CEB nº 11 de 2000; a Resolução nº 3 de 11 de março de 2009, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; a Resolução nº 2 de 19 de maio de 2010, do Ministério da Educação; o Parecer do CNE/CEB nº 4 de 2010; o Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011; a Recomendação nº 44 de 26 de novembro de 2013; o Plano Nacional de Educação de 2014; a Resolução CNE/CNPCE nº 04, de 30 de maio de 2016, e a Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017, todos esses documentos foram utilizados nesse trabalho.

CAPÍTULO 2 - MECANISMOS E ESTRATÉGIAS EXISTENTES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Ações, projetos e programas voltados à educação de jovens e adultos

Para que um direito seja garantido, é necessário que sejam formuladas políticas públicas que, segundo a Revista Internacional de Direitos Humanos - SUR (2004, p. 36), tenham como objetivo: “[...] encarar e resolver um problema público de forma racional através de um processo de ações governamentais”. Souza (2006, p.25) explica que as políticas públicas “repercutem na economia e nas sociedades”, e observa que não existe somente uma definição para as políticas públicas.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, p. 26).

Para esta investigação será utilizado o conceito de políticas públicas de Souza (2006), ou seja, a idéia de um instrumento de gestão que define o campo de ação, de curto, médio e longo prazo de um determinado governo, delimitando os procedimentos selecionados como prioritários para serem implementados. Isso supõe o monitoramento das políticas públicas, de modo a permitir a mudança no rumo das ações.

A partir da metodologia de construção coletiva do projeto Educando para Liberdade foram criadas propostas para alterações da Lei de Execução Penal para permitir a remição de pena pelo estudo, assim como recomendações para a criação das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos nos estabelecimentos penais. Desse modo, o projeto constituiu-se como “[...] referência fundamental para o desenvolvimento de uma política pública de educação no contexto prisional [...]” (BRASIL, 2009d, p.1) surgindo manifestações como a Resolução do CNPCP nº 03, de

11 de março de 2009, a Resolução do CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010 sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos de pessoas privadas de liberdade.

Portanto a política pública de educação instituiu marcos legais para garantir o direito à educação das pessoas privadas de liberdade, essa política de educação em prisões foi institucionalizada no Ministério da Educação, no qual sua política de educação de jovens e adultos se ampliou para atender esse público. Destaca-se a importância do monitoramento dessa política que só foi possível quando o Censo Escolar foi modificado em 2008 incluindo tais alunos. A partir de então se criou uma marcação dos alunos privados de liberdade no Censo Escolar. A seguir são apresentadas estratégias da política pública de educação de jovens e adultos para atender as pessoas privadas de liberdade.

A Resolução nº 2/2010 esclarece em seu oitavo artigo que: “As ações, projetos e programas governamentais destinados a EJA, incluindo o provimento de materiais didáticos e escolares, apoio pedagógico, alimentação e saúde dos estudantes, contemplarão as instituições e programas educacionais dos estabelecimentos penais.” Nesse sentido, as mesmas políticas públicas garantidas à EJA são extensivas à educação em prisões.

Atualmente, existem as seguintes ações, programas e projetos para garantir o que está instituído nas legislações: a remição de pena pelo estudo e pela leitura de pessoas privadas de liberdade; as Novas Turmas de EJA; a Formação Continuada de Profissionais de Educação Básica; o Plano de Ações Articuladas (PAR); o Programa Brasil Alfabetizado (PBA); o Programa Nacional do Livro Didático de Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA); o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego de Educação de Jovens e Adultos (Pronatec EJA); o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Programa Mulheres Mil, além do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Urbano (ProJovem Urbano). Atualmente, existem 3 fontes de recursos² federais para educação em prisões o PAR, o PBA e o FUNDEB. A maior parte dessas

² O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) pode transferir recursos do FUNPEN para o orçamento do Ministério da Educação caso seja necessário. Atualmente o MJSP através do FUNPEN financia acordos de cooperação técnica referentes à educação profissional.

ações, programas e projetos são financiados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Instituído em 2007, esse Fundo financia estudantes da educação de jovens e adultos que são cadastrados no Censo Escolar.

Art. 3º A oferta de educação para jovens e adultos em estabelecimentos penais obedecerá às seguintes orientações:

II – será financiada com as fontes de recursos públicos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, entre as quais o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), destinados à modalidade de Educação de Jovens e Adultos e, de forma complementar, com outras fontes estaduais e federais (BRASIL, 2010c).

Remição de pena pelo estudo e pela leitura

A Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que altera a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho, prevê a remição de pena pelo estudo mediante:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias (BRASIL, 2011b).

A Remição de Pena pelo estudo tem impacto na ressocialização da pessoa privada de liberdade. Um dos efeitos mais evidentes da remição de pena é a redução do tempo em que a pessoa privada de liberdade quitará seu débito com a justiça. Esses efeitos obviamente serão mais abrangentes se observarmos que, o aumento da escolaridade do preso, poderá diminuir a chance desse cometer novos delitos, e ele obterá, em tese, novas oportunidades de trabalho, de se especializar em uma carreira profissional mais promissora, de ter acesso à inclusão social, podendo ter perspectiva de um futuro melhor (MARCÃO, 2011). De acordo com Marcão (2011), em publicação realizada no sítio eletrônico Consultor Jurídico, a remição da pena pelo estudo em comparação à remição pelo trabalho gera uma melhor perspectiva de futuro para a pessoa privada de liberdade.

A melhor interpretação que se deve dar à lei é aquela que mais favoreça a sociedade e o preso, e por aqui não é possível negar que a dedicação rotineira deste ao aprimoramento de sua cultura por meio do estudo contribui decisivamente para os destinos da execução, influenciando de forma positiva em sua (re)adaptação ao convívio social. Aliás, não raras vezes o estudo acarretará melhores e mais sensíveis efeitos no presente e no futuro do preso, vale dizer, durante o período de encarceramento e no momento da reinserção social, do que o trabalho propriamente dito (MARCÃO, 2011).

De acordo com a Resolução nº 4, de 30 de maio de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro, os programas de EJA e de qualificação profissional podem ocorrer na modalidade ensino presencial ou a distância, podendo haver, também, a combinação das modalidades. Importante destacar o 1º parágrafo do 3º artigo “§ 1º A oferta de programas de Educação de Jovens e Adultos inclui desde os programas de alfabetização até a conclusão de cursos de Ensino Médio e Educação Profissional” (BRASIL, 2016a, p.1).

A Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013, que dispõe sobre as atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura, esclarece que a pessoa privada de liberdade que estudar por conta própria e obter “[...] aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) [...]” (BRASIL, 2013a, p.3), será computado 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino para remição de pena pelo estudo. Importante, ressaltar que o documento da UNESCO, referente ao Projeto Educando para Liberdade esclarece que a aplicação do ENEM para as pessoas privadas de liberdade “[...] tem proporcionado a alguns deles o acesso à universidade por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni)” (UNESCO, 2006, p.24).

Ainda, referente à recomendação supracitada, uma das formas de atividade complementar é a remição da pena pela leitura, que poderá ser efetivada a cada 12 obras lidas e resenhadas a remição de 4 (quatro) dias da pena da pessoa privada de liberdade. De acordo com o artigo V, e:

e) procurar estabelecer, como critério objetivo, que o preso terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para a leitura da obra, apresentando ao final do

período resenha a respeito do assunto, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional (BRASIL, 2013a, p.3).

Fomento a abertura e manutenção de novas turmas de EJA

A ação Novas Turmas de EJA teve início no ano de 2012 com a Resolução nº 48 de 02 de outubro de 2012, e tem como objetivo apoiar, de forma complementar, as redes públicas de ensino dos estados, municípios e Distrito Federal ao transferir recursos financeiros para a criação e manutenção de novas turmas de EJA compostas por alunos, com 15 anos ou mais, que por ainda não terem sido contemplados com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), necessitam de aporte financeiro para custear seus estudos na modalidade educação de jovens e adultos, até que recebam pelo FUNDEB, sendo que os recursos dessa ação podem custear até 18 meses do novo aluno de EJA (BRASIL, 2017b).

A nova resolução das Novas Turmas de EJA, Resolução nº 5 de 31 de março de 2017, que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal para manutenção de novas turmas de educação de jovens e adultos a partir de 2017, traz como um de seus públicos prioritários as pessoas que cumprem pena em unidades prisionais (como estabelecida anteriormente nas Resoluções nº 48 de 2012 e 2013), e possibilita em seu artigo 1º parágrafo 2º, que sejam ofertadas Novas Turmas de EJA na modalidade semipresencial para as unidades prisionais. Essa norma é fundamental considerando que há limites na educação em prisões por falta de espaço físico, portanto, com isso, é possível aumentar a oferta educacional no sistema prisional, e o estudante/professor poderá administrar melhor seu tempo.

Art. 5º Os Estados, o Distrito Federal e a União, levando em consideração as especificidades da educação em espaços de privação de liberdade, deverão incentivar a promoção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como de programas educativos na modalidade Educação a Distância (EAD), a serem empregados no âmbito das escolas do sistema prisional (BRASIL, 2010c).

Segue abaixo, a Tabela 1 com quantitativo de matrículas realizadas pela ação Novas Turmas de EJA no ano de 2014. Os dados foram extraídos do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), dentro do módulo EJA Novas Turmas, separado pelo total de matrículas por estado e o total de matrículas de pessoas privadas de liberdade por estado.

Tabela 1 - Matrículas das novas turmas de EJA de 2014

UF	Total matrículas 2014	Matrículas-Pessoas Privadas de liberdade 2014
AC	1245	0
AL	2251	2
AM	276	0
AP	208	0
BA	5051	8
CE	6638	1
DF	40	0
ES	18	0
GO	35	0
MA	9276	40
MG	3098	70
MS	201	0
MT	95	0
PA	3450	1
PB	18473	30
PE	1804	3
PI	5229	4
PR	76	11
RJ	1231	2
RN	1722	0
RO	401	2
RR	0	0
RS	1552	6
SC	306	0
SE	79	0
SP	1352	0
TO	663	0
TOTAL BRASIL	64770	180

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC)

Esta tabela demonstra a gravidade da situação educacional das pessoas privadas de liberdade, ou seja, em 13 estados e no DF nenhum aluno foi matriculado em 2014, sendo que na região centro-oeste os 3 estados e o DF (total da região) não registrou nenhuma matrícula; na região sul (3 estados), considerada com bom perfil educacional, dos 3 estados, 1 (SC) não ofereceu nenhuma matrícula e 2 (RS e PR) fizeram ofertas irrisórias.

Na região norte dos 7 estados, 5 (AM, AC, AP, RR e TO) não registraram matrículas, sendo que RR não tem nenhuma matrícula para o público geral da EJA nessa ação no ano de 2014, e 2 (PA e RO) apresentam dados irrisórios. Na região sudeste, dos 4 estados, 2 (SP e ES) não tem matrículas de pessoas privadas de liberdade e 1 (RJ) tem dados insignificantes e apenas 1 (MG) apresenta o maior número de matrículas registradas no país (70). Na região nordeste (9 estados), 2 (SE e RN) não apresentam nenhuma matrícula, 5 (AL, BA, PE, PI e CE) apresentam registros irrisórios e apenas 2 (MA e PB) aparecem com resultados mais expressivos.

De modo geral, o cenário de acesso à educação por parte das pessoas privadas de liberdade, em 2014, na ação Novas Turmas de EJA, é muito grave e demonstra que apesar de existirem normas que favorecem a integração delas no âmbito educacional, o sistema que regula as condições de implementação dessa ação não tem demonstrado eficácia. Porém é importante ressaltar que essa ação é uma manifestação de apoio às novas turmas de EJA, logo tal ação somente complementa o recurso principal que advém do FUNDEB a partir das matrículas do Censo Escolar.

Formação Continuada de Profissionais de Educação Básica

De acordo com o site eletrônico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a Formação Continuada de Profissionais de Educação Básica: “São programas desenvolvidos para o aperfeiçoamento (teórico e prático) e a atualização profissional de professores, gestores e funcionários das redes públicas de ensino” (Site eletrônico do FNDE).

A Formação Continuada de Profissionais de Educação Básica é uma das ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), responsável por analisar e acompanhar os projetos encaminhados pelas Universidades

Federais e pelos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) e, também, pelo repasse de recursos a essas instituições que, por meio do seu corpo acadêmico e estrutura própria, constituem projetos com a finalidade de ministrar cursos voltados aos profissionais da educação básica da rede pública de ensino que queiram adquirir conhecimentos. Ressalta-se que esses cursos também atendem agentes penitenciários, gestores e técnicos de estabelecimentos penais interessados, como exposto na Resolução do CNPCP nº 3, de 11 de março de 2009, em seu 9º artigo:

Educadores, gestores, técnicos e agentes penitenciários dos estabelecimentos penais devem ter acesso a programas de formação integrada e continuada que auxiliem na compreensão das especificidades e relevância das ações de educação nos estabelecimentos penais [...] (BRASIL, 2009d, p.2)

Os atuais cursos disponibilizados no catálogo da Diretoria de Políticas para a Juventude, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos/SECADI, são:

- Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social (Especialização e Aperfeiçoamento);
- Educação de Jovens e Adultos no Campo com Ênfase em Economia Solidária (Especialização e Aperfeiçoamento);
- Educação de Jovens e Adultos para a Juventude (Especialização e Aperfeiçoamento);
- Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade (Especialização e Aperfeiçoamento); e
- Produção de Material Didático e Mediadores de Leitura (Especialização e Aperfeiçoamento). (SIMEC, 2014)

Os cursos acima mencionados foram ofertados em 2014, de acordo com os dados do Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada (SISFOR), sistema que gerencia os cursos de formação continuada dentro do SIMEC. No total de 31 cursos, 14 foram de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social, 2 de Educação de Jovens e Adultos no Campo com Ênfase em Economia Solidária; 5 de Educação de Jovens e Adultos para a Juventude, 6 de Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade e 4 de Produção de Material Didático e Mediadores de Leitura. Referente ao curso de Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade esse representou 19,35% dos cursos ofertados em 2014, desses a metade em Especialização EAD e a outra metade em Aperfeiçoamento Presencial. Cabe destacar o fato de que quase a metade dos cursos

ofertados pela diretoria foram voltados para a Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social. Observa-se que o quantitativo de profissionais atendidos não está disponível, pois nem todas as Universidades Federais e os IFES entregaram os relatórios de cumprimento de objeto referentes aos cursos para o Ministério da Educação.

O Relatório de Gestão de 2015 do Ministério da Educação informou o quantitativo investido na Formação Continuada para os cursos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

O programa de Formação Continuada-Renafor/Sisfor, oferece bolsas para profissionais que atuam em cursos nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos; educação do campo; educação escolar indígena; educação em áreas remanescentes de quilombos; educação em direitos humanos; educação ambiental e educação especial. Foram investidos no programa R\$ 29,0 milhões para o pagamento de 28.327 parcelas de bolsas (BRASIL, 2016f, p.108).

Com esses recursos, a SECADI conseguiu dar continuidade à sua política de formação de professores e educadores das diferentes ações temáticas.

Financiamento suplementar

O Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011 instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), que tem como objetivo expandir a oferta de educação nos estabelecimentos penais brasileiros. Em seu artigo 8º parágrafo 4º informa que as demandas solicitadas na esfera do Ministério da Educação serão realizadas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), sendo esse o instrumento de planejamento que vai contribuir para o alcance das metas estabelecidas do Plano Nacional de Educação (PNE), com a finalidade de cooperar com o planejamento na área educacional dos estados, municípios e Distrito Federal, além de fornecer apoio financeiro e técnico de forma suplementar a esses Entes Federados. De acordo com o site eletrônico do MEC:

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, colocou à disposição dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, instrumentos eficazes de avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, um programa estratégico do PDE, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, inaugurou um novo regime de colaboração, conciliando a atuação dos entes

federados sem lhes ferir a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. Sendo um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas e efetivas, compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

A partir da adesão ao Plano de Metas, os estados, os municípios e o Distrito Federal passaram à elaboração de seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR). A partir de 2011, os entes federados poderão fazer um novo diagnóstico da situação educacional local e elaborar o planejamento para uma nova etapa (2011 a 2014), com base no Ideb dos últimos anos (2005, 2007 e 2009).

Neste sentido, pode ser constatado que até 2014 vários esforços do governo federal foram realizados, no sentido de ampliar a oferta educacional nos estabelecimentos penais brasileiros.

Alfabetização de jovens e adultos

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) foi criado pelo Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003, e foi revogado pelo Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2017 que reorganizou o PBA, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais.

A Resolução nº 9, de 16 de dezembro de 2016, que estabelece os procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e para o pagamento de bolsas aos voluntários que atuam no Programa Brasil Alfabetizado (PBA) a partir do ciclo de 2016, constitui como um dos públicos prioritários desse Programa as pessoas privadas de liberdade. O PBA tem como objetivo; “promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil,” (sítio eletrônico do MEC) reconhecendo assim a educação como um direito humano.

O documento do Marco de Ação de Belém (2010) explica que a alfabetização de jovens e adultos é essencial para a vida desses sujeitos, mostrando que o direito à alfabetização faz parte do direito à educação. Importante esclarecer que a alfabetização não é realizada somente pelo PBA, podendo estar inserida na educação de jovens e adultos.

A alfabetização é um pilar indispensável que permite que jovens e adultos participem de oportunidades de aprendizagem em todas as fases do *continuum* da aprendizagem. O direito à alfabetização é parte inerente do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento

pessoal, social, econômico e político. A alfabetização é um instrumento essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade (UNESCO, 2010, p.7).

Os dados da taxa de analfabetismo no Brasil mostram a desigualdade social e étnico-racial existente no país: “Em 2006, apesar do índice de analfabetismo ter baixado 3,8% pontos percentuais em relação a 1996, o IBGE registrou a cifra de 14,4 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais no país” (BRASIL, 2009c, p.14). Em 2014, a taxa de analfabetismo caiu para 13,2 milhões (BRASIL, 2016d).

Na perspectiva étnico-racial, embora tenha havido melhoras, constata-se que a taxa de analfabetismo, em 2006, de 14% entre negros e pardos (em 1996 era de 20,4%) é ainda mais de duas vezes superior àquela apresentada pelos brancos (6,5%). Dos 14,4 milhões de analfabetos existentes em 2006, 69,4% eram negros (pretos e pardos), enquanto a participação deste grupo na população total é de 49,5% (BRASIL, 2009c, p. 15).

Na perspectiva étnico-racial, em 2014, os dados apontam uma queda no índice de negros e pardos (11,1%), em relação a 2006 (14%). [...] em 2014, registraram-se cerca de 9,3 milhões de analfabetos negros (BRASIL, 2016d, p.30).

A Tabela 2, abaixo, apresenta dados do total de alfabetizandos pelo PBA no geral e no sistema prisional. Esses dados foram extraídos do Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), que monitora os dados do PBA. Em 2014 não houve adesão ao programa e em 2015 devido à crise econômica e política a adesão foi reduzida.

Tabela 2 - Dados de 2008-2015 de Alfabetizandos do PBA

Ano	Total de alfabetizandos do PBA	Total de alfabetizandos do PBA- Sistema Prisional
2008	1.195.621	5.058
2009	1.776.314	1.571
2010	1.431.086	6.828
2011	1.301.708	6.421
2012	1.065.213	5.969
2013	988.458	8.828

Fonte: Sistema Brasil Alfabetizado (SBA)

Devido à amostra de 2013³ ser maior e mais atual, foi escolhido esse ano para apresentar alguns dados a mais sobre o sistema prisional. No ano de 2013 do total de participantes do PBA alfabetizando do sistema prisional, 85,26%, afirmaram nunca ter freqüentado a escola. Do total de alfabetizando do ano supracitado, a faixa etária era: 10,36% de 18 a 24 anos; 18,03% de 25 a 29 anos; 36% de 30 a 40 anos; 27,91 % de 41 a 60 anos e 7,68% com mais de 60 anos. Os dados apontam que a faixa etária de 30 a 40 anos em 2013 foi a que mais freqüentou as aulas de alfabetização pelo PBA. Uma informação importante dos dados acima é o fato da taxa de analfabetismo ser maior nas pessoas com mais de 25 anos. Referente à raça/cor 79,25% dos alfabetizando são pardos e negros⁴, 17, 73% brancos, 2,53% amarelos e 0,47% indígenas.

Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA)

O Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA) foi instituído pela Resolução nº 51 de 16 de setembro de 2009 e têm como finalidade “disponibilizar livros didáticos aos alfabetizando e estudantes jovens, adultos e idosos das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado, das escolas públicas com turmas de alfabetização e de ensino fundamental e médio na modalidade EJA” (sítio eletrônico do MEC). Os livros distribuídos serão entregues aos alunos e educadores da rede pública de ensino, sem a necessidade de devolução dos mesmos, ou seja, a guarda será em caráter definitivo. Como informado anteriormente às políticas públicas garantidas à EJA são extensivas à educação em prisões, logo são executadas da mesma maneira. Pode-se observar na Tabela 3, abaixo, dados atuais referentes aos livros consumíveis do PNLD EJA, em 2017, não foram encontrados dados específicos sobre as escolas prisionais.

³ Para uma análise mais minuciosa, foram utilizados os dados coletados do SBA mais atualizados, devido a alguma mudança na coleta, por se realizarem em momentos diferentes. A base utilizada será do total de 8.204 pessoas privadas de liberdade fazendo o PBA em 2013.

⁴ Para fins desse trabalho foram utilizadas as nomenclaturas de cor/raça, assim como consta nos sistemas e documentos pesquisados, por isso por vezes ao longo dessa pesquisa aparecerá a palavra negro e preto.

Tabela 3 - Distribuição PNLD EJA 2017 - Por etapa de ensino

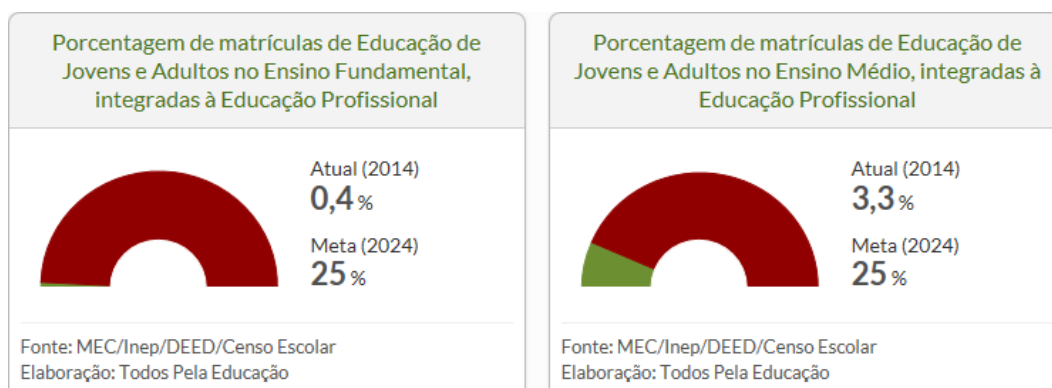
Ano do PNLD	Atendimento	Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Exemplares	Valores (R\$)
					Aquisição
PNLD EJA 2017 Educação de Jovens e Adultos	Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano	18.659	652.133	1.162.758	13.704.305,24
	Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano	16.440	1.279.495	2.763.257	36.985.416,85
	Subtotal: Ensino Fundamental	26.296	1.931.628	3.926.015	50.689.722,09
	Ensino Médio: 1ª a 3ª Série	6.045	786.898	1.066.371	19.902.032,46
	Total do PNLD EJA 2017	29.431	2.718.526	4.992.386	70.591.754,55

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Disponível em:
<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)

O Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional nos próximos dez anos. O PNE instituiu de forma direta, conforme a Meta 10, a inserção da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional. A mencionada meta tem por finalidade “[...] oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (BRASIL, 2014b, p.37). Assim, pode ser observado nos dados abaixo os dados referentes ao ano de 2014 relacionados com a meta 10.

Gráfico 1 - Porcentagem de matrículas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio, integradas à Educação Profissional.



Fonte: Observatório do PNE

A educação de jovens e adultos integradas à educação profissional é de extrema importância para o sujeito da EJA se inserir como cidadão no mundo do trabalho, contribuindo para elevar suas condições sociais e econômicas, além de adquirir novos conhecimentos. De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2013), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) realizou um estudo demonstrando o potencial da educação profissional “[...] um ano depois de obter o diploma, os trabalhadores de nível técnico conseguem aumentar sua renda em até 24%. Os dados foram colhidos entre 2010 e 2012, com base no acompanhamento de metade de cerca de 40 mil pessoas que terminaram seus cursos em 2010” (ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, p.79).

O Documento de Referência do Pronatec EJA (2013) estabelece que o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, abrange dois desafios: “[...] ampliar as oportunidades de acesso à educação para jovens e trabalhadores [...] e articular e efetivar, de forma criativa e inovadora, a elevação de escolaridade e a formação profissional para jovens e trabalhadores” (BRASIL, 2013b, p.8).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) no intuito de promover a oferta de cursos do PROEJA, instituiu, dentre seu público prioritário, os educandos da EJA, que por força da Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013, ampliou a oferta de educação profissional e tecnológica articulada à elevação de escolaridade para o público da EJA. Assim, o Pronatec EJA tem como princípio: “[...]”

proporcionar a elevação da escolaridade e a profissionalização do jovem e do adulto com vistas à participação como cidadão no mundo do trabalho” (BRASIL, 2013b, p.9).

O Pronatec EJA parte da compreensão da importância e especificidade da Educação de Jovens e Adultos, definida como uma modalidade da educação básica, representando o esforço na melhoria do acesso a processos de ensino e aprendizagem de qualidade social e no fortalecimento do direito à educação ao longo da vida para todos [...] (BRASIL, 2013b, p.9).

De acordo com o documento do Ministério da Educação foram realizadas pelo Pronatec 30 mil matrículas nas unidades prisionais do Brasil até 2016.

Os avanços seguem ainda no aspecto da oferta de qualificação profissional e tecnológica, que foi estimulada no sistema prisional através do Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 2013, que disponibilizava vagas em cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Ao longo dos últimos anos mais de 30 mil matrículas foram realizadas nas unidades prisionais do país, ampliando e qualificando a oferta de qualificação profissional ao público do sistema prisional (BRASIL, 2016e, p.2).

Programa Mulheres Mil

O Programa Mulheres Mil visa promover a inclusão social e econômica de “[...] mulheres com perfil socioeconômico em situação de vulnerabilidade, como: pobreza acentuada, violências, baixo nível de escolaridade [...] entre outros aspectos” (BRASIL, 2016c, p.347 e 348), iniciou em 2007, como um projeto piloto, atendendo 12 estados das regiões norte e nordeste. A partir dos resultados, o programa foi instituído pela Portaria MEC nº 1.1015, de 21 de julho de 2011 e passou a ser executado em 92 *campi* da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e em 2013 atingiu 230 diferentes *campi* dessa Rede no território nacional. Nesse mesmo ano, o programa passou a ser incorporado ao Pronatec, por meio da Bolsa Formação⁵ e através da oferta do Pronatec Mulheres Mil alcançou em 2014 e 2015 sua execução em 298 *campi* da Rede supracitada.

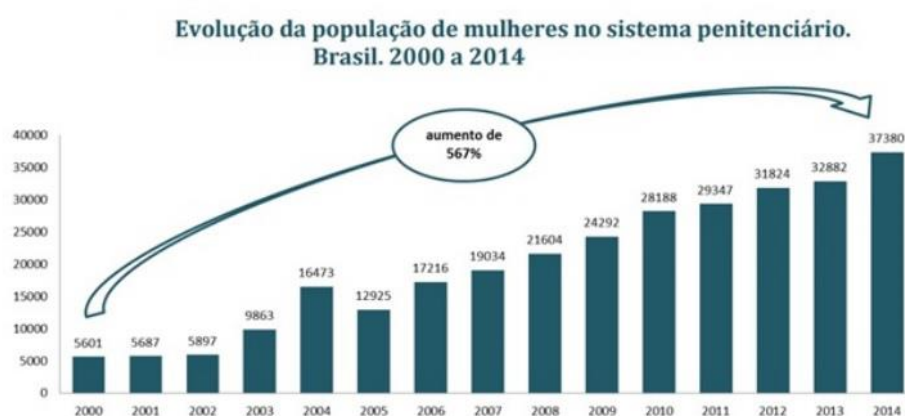
O programa tem como metodologia a dimensão do “Acesso” que consiste em viabilizar o ingresso e a permanência das mulheres ao programa. E a “Permanência e

⁵ A Bolsa Formação é umas das ações do Pronatec, “[...] regulamentada pela Portaria MEC nº 168, de 07 de março de 2013, constitui-se da oferta gratuita de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada, presenciais, custeados com recursos repassados pelo Ministério da Educação às instituições ofertantes” (BRASIL, 2013b, p.3).

Êxito” com “[...] ações multidisciplinares, de natureza sistêmica, estratégica e planejada, [...]” (BRASIL, 2016c, p. 348), favorecendo assim o pleno desenvolvimento dessas mulheres ao longo do programa. Essa metodologia objetiva assegurar a qualidade no aprendizado, evitar a evasão, além de contribuir para a inserção no mundo do trabalho. “Por meio da execução da metodologia de Acesso, Permanência e Êxito, o programa propõe uma formação cidadã que além da qualificação profissional, contribua para o empoderamento feminino” (BRASIL, 2016e, p.1).

De acordo com o documento do Ministério da Educação (2016), o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, demonstrou interesse em integrar a metodologia do Programa Mulheres Mil nos cursos da modalidade Pronatec Sistema Prisional executados em unidades prisionais femininas. Assim, foi efetivada uma parceria entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que é a secretaria responsável pelo Programa Mulheres Mil no MEC, e o Depen a fim de adaptar a metodologia do programa para o atendimento às mulheres nas unidades prisionais femininas no Brasil. É importante destacar a relevância de se trabalhar com esse público, pois por mais que as mulheres sejam minoria nas unidades prisionais há um aumento significativo destas nos últimos anos, como se pode observar nos dados do gráfico abaixo.

Gráfico 2 - População de mulheres no sistema penitenciário - Brasil - 2000-2014



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública – a partir de 2005 dados do Infopen/MJSP, apud documento do Ministério da Educação (2016e).

No quadro geral do encarceramento no país, particularmente preocupante é a tendência que se verifica entre as mulheres. Embora elas constituam minoria no sistema prisional (6,4% do total, segundo dados do Infopen de junho/2014),

há um aumento expressivo do encarceramento feminino. Entre 2000 e 2014, a população carcerária feminina cresceu 567,4%, enquanto a masculina teve um aumento de 220,20%. Assim, se em 2000 as mulheres representam 3,2% da população prisional, em 2014 elas atingiram 6,4% do total (BRASIL, 2016e, p.2 e 3).

Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Urbano (ProJovem Urbano)

A Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, rege o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Urbano (ProJovem Urbano). Este programa é uma das modalidades do ProJovem e tem como objetivo desenvolver ações que garantam aos jovens brasileiros a elevação da escolaridade, com qualificação e desenvolvimento humano por meio da conclusão do ensino fundamental. “O princípio fundamental do ProJovem Urbano é o da integração entre Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, tendo em vista a promoção da equidade [...]” (BRASIL, 2008c, p.61).

De acordo com Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008, que regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, para participar do ProJovem Urbano o jovem deve ter entre 18 e 29 anos de idade, não ter concluído o ensino fundamental e precisa saber ler e escrever. O curso é organizado em 3 ciclos, com duração total de 18 meses. Os estudantes recebem auxílio financeiro, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, pela União para participarem do ProJovem Urbano. No caso do estudante privado de liberdade esse recurso é repassado para o beneficiário da pessoa privada de liberdade, assim como é feito com os recursos recebidos pelos presos que trabalham.

Em 2008, com as reformulações do Programa criou-se também o ProJovem Urbano em Unidades Prisionais (PJUP) através de um termo de cooperação entre a “[...] Secretaria Nacional de Juventude e o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/Ministério da Justiça e Segurança Pública, no âmbito das ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI” (AGUIAR, 2012, p.12). O Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI) foi iniciado em 2007, sua execução foi através de uma parceria com estados e municípios, o PRONASCI propunha “[...] a articulação de políticas de segurança com ações sociais que priorizam a prevenção e procuram agir onde estão as possíveis causas que levam à violência.” E tinha a finalidade de “reduzir a violência letal” (AGUIAR, 2012, p.61). Por meio do PRONASCI

foram criados diversos projetos para implementação de suas ações (AGUIAR, 2012). Atualmente, o ProJovem Urbano é coordenado pelo Ministério da Educação, e não existe um programa específico para as unidades prisionais, como aconteceu em 2008 por meio do PRONASCI.

[...] no início de 2009, o PRONASCI teve um corte de 43% em seu orçamento geral (na ordem de R\$ 1,2 bilhão) como parte de ajuste do governo federal frente à crise econômica global. Esse corte, que pode ter representado concretamente um enfraquecimento das propostas do Programa, revela também que as políticas de segurança, por mais bem intencionadas que sejam, estão longe de ser uma prioridade em nosso país (AGUIAR, 2012, p.65).

Os dados do Censo Escolar dos anos de 2013, 2014 e 2015 contendo o número de alunos do ensino fundamental da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), inclusive o ProJovem Urbano (PJU), estudantes com 18 a 29 anos, público alvo do PJU, foram comparados ao número total de estudantes do PJU divulgados no mencionado Censo e nos respectivos anos.

No ano de 2013, do total de estudantes dessa faixa etária do ensino fundamental, somente cerca de 2,59% foram matriculados no ProJovem Urbano. Em 2014, essas matrículas se aproximaram de 3%, enquanto em 2015 esse quantitativo decaiu para 1,47%. Verifica-se que esses percentuais são ínfimos se comparados com o universo de alunos, da mesma faixa etária, do ensino fundamental.

Tabela 4 - Número de alunos de Educação de Jovens e Adultos (incluindo ProJovem Urbano – Ensino Fundamental) de 18 a 29 anos

Ano	Número de Matrículas de 18-29 anos
2013	1.677.769
2014	1.627.873
2015	1.597.578

Fonte: Censo Escolar-MEC/INEP

Tabela 5 - Dados Censo Escolar - Ingressantes do ProJovem Urbano

UF	2013			2014			2015		
	Total	Estadual	Municipal	Total	Estadual	Municipal	Total	Estadual	Municipal
Brasil	43.406	11.721	31.685	48.990	12.357	36.633	23.471	5.061	18.410
Norte	7.194	3.097	4.097	6.408	1.526	4.882	4.059	480	3.579
Rondônia	247	247	-	194	-	194	205	-	205

Acre	893	893	-	1.251	1.251	-	89	89	-
Amazonas	1.992	1.421	571	286	-	286	1.012	-	1.012
Roraima	-	-	-	783	-	783	130	-	130
Pará	3.618	236	3.382	3.207	-	3.207	1.733	-	1.733
Amapá	257	257	-	-	-	-	367	346	21
Tocantins	187	43	144	687	275	412	523	45	478
Nordeste	25.859	7.456	18.403	32.551	8.588	23.963	13.480	2.074	11.406
Maranhão	1.738	-	1.738	1.165	-	1.165	505	-	505
Piauí	3.753	2.151	1.602	3.532	431	3.101	1.775	1.169	606
Ceará	5.485	748	4.737	7.141	441	6.700	899	-	899
Rio Grande do Norte	627	16	611	1.722	1.112	610	1.596	48	1.548
Paraíba	3.997	1.478	2.519	8.165	4.348	3.817	1.242	132	1.110
Pernambuco	6.058	2.460	3.598	7.253	2.256	4.997	5.412	509	4.903
Alagoas	609	-	609	1.795	-	1.795	186	65	121
Sergipe	1.735	603	1.132	186	-	186	1.007	-	1.007
Bahia	1.857	-	1.857	1.592	-	1.592	858	151	707
Sudeste	7.601	-	7.601	5.908	-	5.908	2.853	-	2.853
Minas Gerais	1.480	-	1.480	782	-	782	693	-	693
Espírito Santo	151	-	151	505	-	505	426	-	426
Rio de Janeiro	3.734	-	3.734	3.756	-	3.756	1.713	-	1.713
São Paulo	2.236	-	2.236	865	-	865	21	-	21
Sul	622	267	355	1.001	72	929	238	-	238
Paraná	450	267	183	888	72	816	122	-	122
Santa Catarina	122	-	122	56	-	56	-	-	-
Rio Grande do Sul	50	-	50	57	-	57	116	-	116
Centro-Oeste	2.130	901	1.229	3.122	2.171	951	2.841	2.507	334
Mato Grosso do Sul	1.217	848	369	2.685	2.171	514	2.507	2.507	-
Mato Grosso	544	-	544	233	-	233	293	-	293
Goiás	316	-	316	204	-	204	41	-	41
Distrito Federal	53	53	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Censo Escolar-MEC/INEP

O Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), no módulo ProJovem Urbano, monitora as matrículas do PJU. Na última edição do Programa, em 2014, houve dificuldade no repasse dos recursos para execução do PJU. O efetivo repasse só foi realizado em 2015, o que gerou contratempo para que os estados e municípios planejassem o início de suas aulas, segundo informações prestadas pela Diretoria de Políticas para a Juventude, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Por esse motivo, os estados e municípios iniciaram suas aulas em diferentes momentos.

Os dados apresentados abaixo encontram-se no SIMEC, referentes à edição de 2014, com início da execução em 2015. Observa-se que o PJU tem duração de 18 meses, e, especificamente nessa edição do programa, há estados/municípios que já encerraram suas atividades em 2016 e outros que finalizarão somente no ano de 2017. Esses fatores podem explicar a diferença entre os dados do SIMEC e do Censo Escolar.

Ao analisar os dados apresentados nas tabelas abaixo, foi verificado que a região de maior disponibilidade de vagas/matrículas para a edição de 2014 do ProJovem Urbano foi o nordeste (71.741), com uma taxa de evasão de 23,78%; seguida pela região sudeste com 11.611 matriculados e 29,58% de evasão; a região norte com 9.891 alunos sendo 12,72% evadidos; a região centro oeste com 4.510 estudantes e 15,83% de taxa de evasão, e, finalmente, a região sul com um número relativamente pequeno de vagas/matrículas, e taxa de evasão significativa (34,78%).

Tabela 6 - ProJovem Urbano (Edição 2014) - Matrícula e Evasão - Brasil

	Esfera	Total de inscritos	Ativos	Evasão	% de evasão
Brasil	Estadual	46446	37623	8823	19
Brasil	Municipal	53173	38882	14291	26,88
Brasil	Total	99619	76505	23114	23,2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC) – MEC.

Tabela 7 - ProJovem Urbano (Edição 2014) - Matrícula e Evasão por região

Região	Estado	Total de Inscritos (Estadual e Municipal)	Ativos	Evasão	% de evasão
Norte	AM	1065	909	156	14,65
	AP	606	600	6	0,99
	PA	6504	5772	732	11,25
	RO	237	69	168	70,89

	TO	700	543	157	22,43
	AC	779	740	39	5,01
	Total	9891	8633	1258	12,72
Nordeste	AL	3245	2513	732	22,56
	BA	2935	2188	747	25,45
	CE	12266	7978	4288	34,96
	MA	4135	3526	609	14,73
	PB	13290	11984	1306	9,83
	PE	15564	11644	3920	25,19
	PI	10469	7896	2573	24,58
	RN	4962	4233	729	14,69
	SE	4875	2721	2154	44,18
	Total	71741	54683	17058	23,78
Centro-Oeste	MS	4112	3536	576	14,01
	MT	398	260	138	34,67
	Total	4510	3796	714	15,83
Sudeste	MG	2597	1991	606	23,33
	RJ	4668	3527	1141	24,44
	SP	3766	2264	1502	39,88
	ES	580	394	186	32,07
	Total	11611	8176	3435	29,58
Sul	PR	1528	906	622	40,71
	RS	338	311	27	7,99
	Total	1866	1217	649	34,78

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC) – MEC.

De acordo com a pesquisa, realizada em 2013 pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e o Ministério da Educação (BRASIL, 2015), foram aplicados 552 questionários direcionados aos alunos do ProJovem Urbano, uma amostra distribuída entre cinco UF's. Ao serem questionados sobre as dificuldades que uma pessoa enfrenta para estudar, foram apontadas a necessidade de trabalhar (24%) e o cansaço (23,1%) como as principais causas, seguidas de: ter que cuidar da casa, dos filhos, ter outras obrigações (19,6%); a distância da escola (10,5%); falta de dinheiro para custear passagem, livros cadernos, etc (7,7%); o ambiente escolar ruim causando desânimo (3,3%); falta de base e ensino fraco (2,6%); falta de certeza se haverá algum ganho com o estudo (2%); e por outros motivos (7,1%).

Foi perguntado também aos alunos sobre as causas que os motivaram a interromper seus estudos antes de ingressarem no PJU. As respostas foram variadas, porém, em grau de importância, sobressaíram-se no ProJovem Urbano: motivo de

gravidez (26,5%), necessidade de trabalhar (26%), questões de família (18,8%), desinteresse pelo estudo (8,5%), problemas de saúde (3,5%), problemas na escola (2,7%), escola chata/desinteressante (2,2%), violências na escola (1,9%) e outros (9,9%).

Ainda segundo a mesma pesquisa, os principais motivos para ir à escola, por parte dos alunos do ProJovem Urbano são: conseguir um emprego melhor (40,9%), ter uma vida melhor (30,8%), obter certificado (8,5%), gostar dos professores, gosto deles (5,4%), aulas de boa qualidade (4,4%), amizades (2%), não ficar na rua (1,9%), sair de casa (1,8%), obrigação (0,7%) e outro motivo (3,6%).

Os alunos do PJU pesquisados compõem as seguintes características: 68% do sexo feminino e 32% do masculino; 53,9% da raça/cor parda, 20,4% preta, 19,7% branca, 3,7% amarela e 2,2% indígena.

Quando se considera a relação do jovem inserido no PJU com o mundo do trabalho, estudar e trabalhar é a situação de 44,2% deles. “Considerando o *fazer bicos* como uma modalidade de trabalho/ocupação [...]” (BRASIL, 2015, p.55), tem-se que 19,6% dos alunos do PJU estudam e fazem bicos, enquanto que 19,3% estudam e já trabalharam e somente 16,9% só estudam e nunca trabalharam.

A respeito da distribuição percentual por situação no trabalho, os alunos do PJU se caracterizam da seguinte maneira: trabalham ou já trabalharam, com preponderância para aqueles que estavam ou estão com carteira assinada (38,1%); em empregos sem carteira assinada (37,2%); 11,9% com profissão liberal; 9,3% em trabalho não remunerado (lar); 2,2% de empregadores e 1,3% de funcionário público.

A distribuição percentual de alunos que trabalham do PJU, segundo a jornada de trabalho é a seguinte: 36,6% trabalham oito horas; 30,2 % trabalham mais de oito horas; 11,2% seis horas; 6,1% cinco horas; 5,6% sete horas; 5,6% quatro horas e 4,5% trabalham menos de quatro horas.

Ao analisar os dados apresentados acima, verifica-se que 63,8% estudam e concomitantemente exercem algum trabalho e, desses, a maioria (66,8%) trabalha oito horas ou mais. Dessa forma, fica evidente o alto percentual (24%) de alunos do PJU que declararam ter dificuldades para estudar por conta da necessidade de trabalhar. Outro motivo relevante que dificulta os estudos dos alunos é o cansaço, declarado por 23,1%, o que pode ser efeito das muitas horas trabalhadas.

As Tabelas 8 e 9 demonstram que os jovens de 18 a 29 anos, totalizando 6.738.875 ou não tem instrução ou fizeram ou fazem o ensino fundamental, especificando por anos

de estudo o quantitativo de jovens nota-se como é grande o número de jovens sem o fundamental completo. Em conformidade com o Censo Escolar de 2014, dentre esses jovens 1.627.873 estão matriculados no ensino fundamental (incluindo PJU) e entre os matriculados no ProJovem Urbano tem-se apenas 48.990 alunos e desses somente constam 150 matrículas do Sistema Prisional.

Nota-se que o quantitativo de pessoas matriculadas no ensino fundamental, modalidade que o ProJovem Urbano atende, apenas (3%) estão ocupando vagas no PJU, o que é pouco significativo diante do número total de matrículas. Esses números demonstram um possível descompromisso por parte de alguns entes federados e/ou União em apoiar as políticas públicas estabelecidas e divulgar o PJU, um programa relevante para o jovem, pois além de elevar a escolaridade, proporciona participação cidadã e qualificação profissional, que poderá ser a porta de entrada para o mundo do trabalho onde o jovem adentrará após ou concomitantemente aos estudos.

Tabela 8 - Instrução dos jovens com idade de 18 a 29 anos

Ano	Idade em anos	Anos de estudo	Quantitativo
2014	De 18 a 29 anos	Sem Instrução / Menos de 1 ano	840638
2014	De 18 a 29 anos	De 1 a 3 anos	805336
2014	De 18 a 29 anos	De 4 a 7 anos	5092901

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2014.

Tabela 9 - Instrução dos jovens com idade de 18 a 19 anos, 20 a 24 anos e 25 a 29 anos

Ano	Idade em anos	Anos de estudo	Quantitativo
2014	De 18 a 19 anos	Sem Instrução / Menos de 1 ano	122803
2014	De 18 a 19 anos	De 1 a 3 anos	116690
2014	De 18 a 19 anos	De 4 a 7 anos	934859
2014	De 20 a 24 anos	Sem Instrução / Menos de 1 ano	324388
2014	De 20 a 24 anos	De 1 a 3 anos	271930
2014	De 20 a 24 anos	De 4 a 7 anos	2016820
2014	De 25 a 29 anos	Sem Instrução / Menos de 1 ano	393447
2014	De 25 a 29 anos	De 1 a 3 anos	416716
2014	De 25 a 29 anos	De 4 a 7 anos	2141222

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2014.

Todos esses documentos, principalmente, os referentes à remição de pena pelo estudo, por atividades educacionais complementares, tal como a leitura, são um ganho para as pessoas privadas de liberdade as quais necessitam que seus direitos sejam registrados para conseguir garanti-los, visto todo o preconceito ainda existente na sociedade onde estamos inseridos, tal como mostrado em registros anteriores nesse trabalho.

CAPÍTULO 3 - RESULTADOS DA POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PAÍS, E PARA AS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Resultados alcançados no âmbito da Educação de Jovens e Adultos

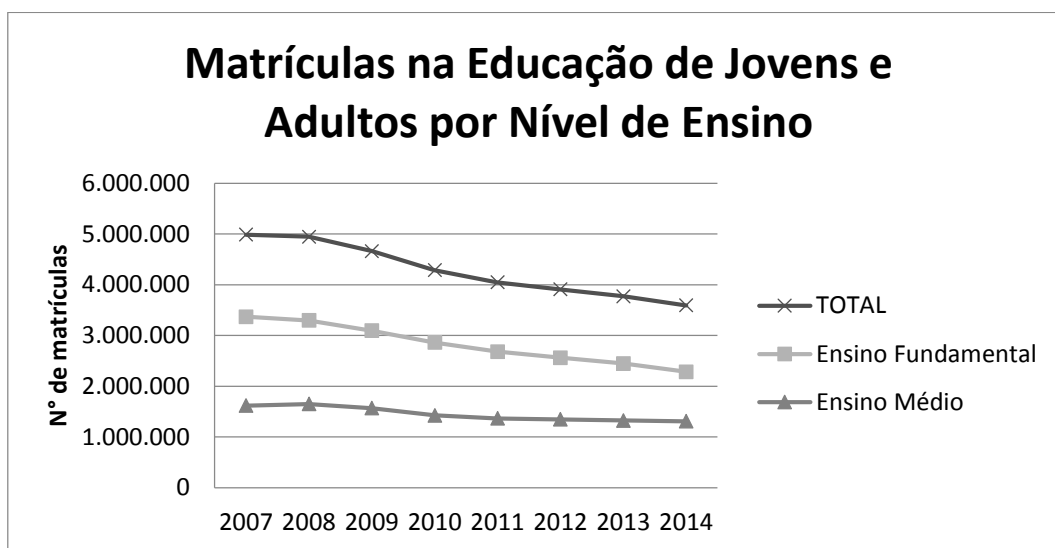
Os dados do Censo Escolar de 2014, como apresentado na Tabela 10 abaixo, indicam que 3.592.908 de estudantes estão matriculados na educação de jovens e adultos. Desse total, 2.284.122 (63,6%) estão no ensino fundamental e 1.308.786 (36,4%) no ensino médio. Os dados coletados pelo mencionado Censo de 2007 a 2014 demonstram que mais de 50% das matrículas realizadas foram efetivadas no ensino fundamental ano a ano. Constata-se que em 2014, as matrículas totais da EJA caíram 27,93% comparados as de 2007.

Tabela 10 - Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por Nível de Ensino – Brasil 2007-2014

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
2007	3.367.032	1.618.306	4.985.338
2008	3.295.240	1.650.184	4.945.424
2009	3.094.524	1.566.808	4.661.332
2010	2.860.230	1.427.004	4.287.234
2011	2.681.776	1.364.393	4.046.169
2012	2.561.013	1.345.864	3.906.877
2013	2.447.792	1.324.878	3.772.670
2014	2.284.122	1.308.786	3.592.908

Fonte: MEC/INEP

Gráfico 3 - Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por Nível de Ensino - Brasil 2007-2014



Fonte: MEC/INEP

Segundo o Resumo Técnico do Censo Escolar de 2012, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, os dados da PNAD/IBGE 2011, demonstram que “[...] o Brasil tem uma população de 56,2 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam a escola e não têm o ensino fundamental completo. [...]” (BRASIL, 2013d, p.25). Assim, de acordo com o Coordenador do Programa de Educação de Jovens e Adultos da Ação Educativa, Roberto Catelli, a redução das matrículas da EJA ao longo dos anos, apresentada na Tabela 10, não significa uma queda da demanda.

Portanto, conforme hipóteses levantadas por Catelli (2013), publicado no sítio da Ação Educativa, o declínio apresentado nos dados do Censo Escolar desde 2007 é motivado pela falta de um modelo compatível à realidade do público da EJA, sendo importante existir prioridade das agendas educacionais e um planejamento articulado entre os entes federados para a modalidade da EJA. Assim, Catelli explica:

Hoje, a carga horária e as condições para frequentar a escola são incoerentes com os modelos de vida. As pessoas não conseguem cumprir 20 horas semanais e acabam desistindo dos estudos. Além disso, há o que defino como o desinteresse das redes em manter a educação de jovens e adultos. Nesta lógica de investimento que procura contemplar a muitos com poucos recursos, a EJA é sempre preterida, sendo opção de cortes e redução de gastos. É preciso que os estados, por exemplo, saibam e tenham claro que quando você fala em alfabetização de crianças, um dos principais indutores são os familiares. Filhos

de pais letrados tendem a ser mais letrados, quem confirma isto é o próprio INAF [Indicador de Alfabetismo Funcional], ou seja, até para você pensar na educação das crianças, é preciso investir na educação de adultos. E não estamos falando apenas de analfabetos, antes de tudo estamos nos referindo a 87 milhões de brasileiros que não tem escolaridade básica acima de 15 anos, é muita gente, é metade da população brasileira, é uma restrição de direitos dos sujeitos ao longo da vida (AÇÃO EDUCATIVA, 2013, p.1).

O Resumo Técnico do Censo Escolar de 2010, também produzido pelo INEP, destaca que o número de escolas que oferecem EJA de 2007 a 2010 diminuiu, e que isso pode ser “[...] um problema, sobretudo para o trabalhador que precisa de motivação para voltar à escola. Menos escolas, mais dificuldades, sobretudo nos grandes centros urbanos em que o deslocamento pode se tornar um impeditivo para acesso aos locais de oferta” (BRASIL, 2010b, p.17).

O Documento de Referência Pronatec EJA apresenta os dados do Censo Escolar “[...] revelam um decréscimo anual do número de matrículas de EJA, grandemente motivados pela evasão escolar provocada pela baixa atratividade da EJA desarticulada da educação profissional [...]” (BRASIL, 2013b, p.7).

Alguns artigos científicos apresentam causas que levam à evasão na EJA. Essas causas podem explicar o declínio das matrículas da EJA apresentados no Censo Escolar de 2007 a 2014. SOUZA, ALTOÉ e SILVA (2013) esclarecem que são diversos os motivos que levam a evasão no contexto da EJA, como o cansaço físico (a maior parte desse público trabalho durante o dia), dificuldade com o horário de início das aulas, falta de incentivo da família e dificuldade em aprender. O artigo Educação de Jovens e Adultos, um breve histórico, complementa as causas da evasão na EJA com distância entre a moradia e escola, e com isso as dificuldades de deslocamento e o problema da violência urbana, por vezes há falta “[...] de apoio do governo, da escola, direção, professores muitas vezes não estimulam os alunos; [...]” além do desinteresse do próprio aluno (PEDAGOGIA AO PÉ DA LETRA, 2013).

Naito (2006) reuniu depoimentos de professores da EJA que expressaram como uma das principais dificuldades de seu trabalho à precariedade das condições de funcionamento do curso e o descaso da política municipal e da própria escola que cede o espaço físico para o curso.

As hipóteses acima apresentadas sobre o declínio das matrículas da EJA durante os anos de 2007 a 2014, baseadas nos dados contidos na Tabela 10 e no Gráfico 3, são pequenas amostragens do universo alusivo ao assunto. Os autores/pesquisadores

apresentam suas análises, utilizando metodologias diversas. Com base no que foi pesquisado, parece não existir um estudo específico e aprofundado sobre o assunto, o que pode deixar os estudiosos, pesquisadores e interessados no tema, restritos ao campo das hipóteses.

Ressalta-se que enquanto no contexto do país, de modo geral, há uma queda nas matrículas de educação de jovens e adultos considerando a série histórica, dentro das prisões do Brasil há um crescimento nas matrículas, porém insuficiente para cobrir a expansão da população carcerária, como será exposto no último tópico.

O Relatório de Gestão de 2015 do Ministério da Educação apresenta alguns resultados referentes às metas do PNE (2011-2020) no âmbito da Educação de Jovens e Adultos. Pode-se observar o investimento financeiro destinado a apoiar a EJA e o número de turmas abertas, para atender as seguintes metas: reduzir a taxa de analfabetismo funcional; elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, das regiões com menor escolaridade do país ou incluídas entre as 25% mais pobres. O Relatório apresenta, também, o quantitativo de pessoas atendidas nos estabelecimentos prisionais.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, é desenvolvido em todo território nacional, em parceria com os entes federados, com atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo. É uma porta de acesso à cidadania, uma vez que contribui para a promoção do interesse pela elevação da escolaridade e pode ser considerado uma forma de acesso à educação de jovens e adultos (EJA). Só em 2015, foram destinados R\$ 210,4 milhões para o pagamento de bolsas a 103 mil voluntários. De 2012 a 2014, o programa atendeu 3 milhões de alfabetizando e contou com a adesão de 25 estados, do Distrito Federal e de 1.346 Municípios. Em 2015 (referente ao Ciclo 2013, anos exercício 2014 e 2015), contou com a adesão de 25 estados, do Distrito Federal e de 1.070 municípios, tendo sido atendidos 1,2 milhão de jovens, adultos e idosos. Assim, de 2012 a 2015, o PBA teve a adesão de 1.372 entes executores, sendo 25 estados, o Distrito Federal e 1.346 municípios brasileiros, totalizando um investimento de R\$ 1,1 bilhão.

Voltado a ampliar o número de matrículas na EJA presencial, nas etapas do ensino fundamental e médio, o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos destinou, em 2015, o total de R\$ 49,9 milhões a entes federados que solicitaram apoio. No período 2012-2015, foram destinados R\$ 564 milhões para a abertura e manutenção de novas turmas de EJA, que proporcionaram a abertura de mais de 249 mil turmas de educação de jovens e adultos, considerando também o atendimento de 60 mil alunos em estabelecimentos prisionais (BRASIL, 2016f, p.45).

Referente à meta do PNE (2011-2020) de elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, o relatório supracitado esclarece que “[...] em 2014

foram registradas, conforme dados do Censo Escolar, 42.875 matrículas em cursos técnicos na modalidade educação de jovens e adultos e 101.201 matrículas em cursos normais/magistério” (BRASIL, 2016f, p.60).

Foram encontradas dificuldades para atender a meta de elevar o percentual de matrículas da educação de jovens e adultos articulada com a educação profissional, conforme consta no PNE (2011-2020).

As matrículas em cursos técnicos na modalidade EJA registradas pelo Censo Escolar da Educação Básica partiu de 35.993, em 2012, para 42.875, em 2014. Dadas as dificuldades de implementação das políticas de ampliação da quantidade de vagas ofertadas em cursos de EJA na forma articulada à educação profissional pelas redes de educação profissional, deve haver processo de indução para esta ação, por meio de priorização de oferta no âmbito das iniciativas do Pronatec. Para isso, o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu uma agenda de ações estratégicas, visando à articulação das redes de educação profissional e tecnológica com as redes de EJA, bem como outros agentes sociais e, especialmente, os ministérios que tratam de políticas de cunho social e aquelas voltadas ao desenvolvimento econômico (BRASIL, 2016f, p.64).

Perfil das pessoas privadas de liberdade

Para a coleta e análise dos dados foram utilizadas informações do ano de 2014, devido ao Infopen, sistema de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, ter se modernizado e ampliado a coleta de informações no ano supracitado, de acordo com informações do portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Além de ser o ano mais recente que contém o relatório publicado. Por vezes nesse trabalho permanecem informações com outros anos, como série histórica etc, mas não detalhadamente.

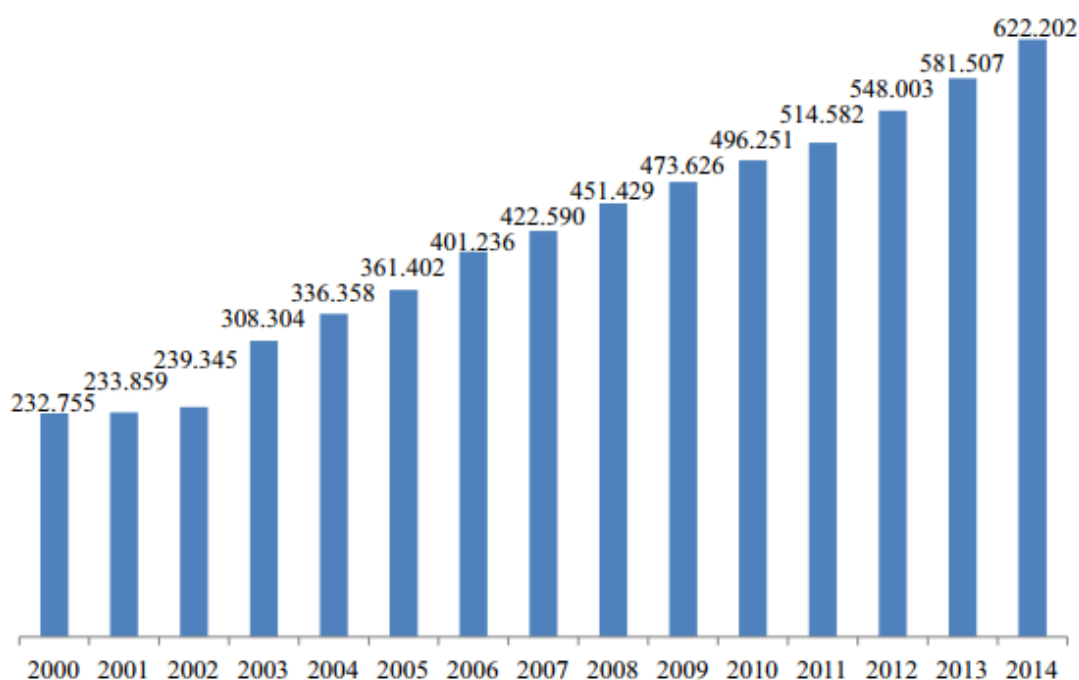
Em 2014 a população prisional⁶ atingiu o quantitativo de 622.202 pessoas, sendo a quarta maior do mundo. Referente à taxa de presos por 100 mil habitantes⁷, a taxa mundial é de 144 presos por 100 mil habitantes enquanto o Brasil atinge 306 presos a cada 100 mil habitantes, alcançando a sexta maior taxa de presos. Do total de pessoas

⁶ De acordo com dados publicados em dezembro de 2017 no relatório do INFOPEN: “Em Junho de 2016, existiam 726.712 pessoas privadas de liberdade no Brasil” (INFOPEN, 2017)

⁷ Países com uma população de no mínimo 10 milhões de pessoas

privadas de liberdade no Brasil 40% é constituído por presos provisórios. De 2000 a 2014 a população prisional cresceu 167, 32%, como se pode observar no gráfico abaixo (INFOPEN, 2014).

Gráfico 4 - Evolução da população prisional no Brasil



Fonte: Relatórios Estatísticos Sintéticos do Sistema Prisional Brasileiro - 2000 a 2013. <http://www.justica.gov.br/seusdireitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/relatorios-estatisticos-sinteticos>, apud Infopen, dez./2014.

O Brasil possui um déficit de 250.318 vagas no sistema prisional o que corresponde quase aos 40% de presos provisórios, 249.668 indivíduos, assim o sistema se caracteriza pela superlotação, além de existirem pessoas cumprindo pena irregularmente. Se considerarmos a movimentação que ocorre no sistema prisional, o número de entradas e saídas, pode-se alegar que em 2014 passaram pelo sistema prisional cerca de 1 milhão de pessoas (INFOPEN, 2014).

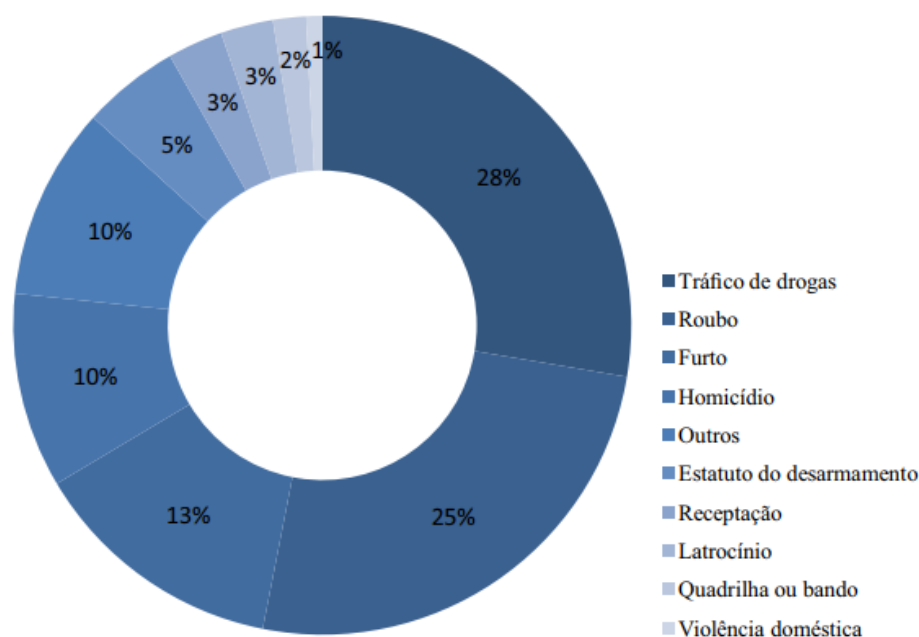
Referente à natureza dos crimes cometidos, vale enfatizar que o perfil dos encarcerados é enviesado visto que o sistema de justiça criminal não focaliza os crimes de colarinho branco. O tráfico de drogas e roubo soma mais de 50% das sentenças, o crime de tráfico de drogas é o principal crime que está aumentando a taxa de encarceramento, especialmente entre as mulheres. Sendo esse o crime associado a 28% dos presos em geral, e se levarmos em consideração somente entre as mulheres esse chega

a ser responsável por 64% das sentenças (INFOPEN, 2014). De acordo com Aguiar (2012) a natureza dos delitos dos encarcerados no Brasil permite reconhecer que “[...] o nosso sistema penal criminaliza a pobreza” (AGUIAR, 2012, p.26).

O perfil criminal das pessoas privadas de liberdade pode variar no tempo em função de diversos fatores: mudanças na dinâmica criminal, alterações na legislação, ênfase maior ou menor do sistema de justiça criminal sobre certos crimes e criminosos e diversos outros fatores. Assim, mudanças no perfil criminal não refletem, necessariamente, “tendências criminais”, mas, antes, preferências e práticas do sistema de justiça criminal.

É preciso lembrar também que se trata de um perfil bastante enviesado do “criminoso” pois os encarcerados, em geral, apresentam um perfil diferente do criminoso em geral: eles cometeram crimes mais visíveis e ou mais violentos e passaram pelos filtros do sistema de justiça criminal. Como é sabido, após as sucessivas etapas – polícia, Ministério Público e judiciário – sobram os criminosos não brancos, do sexo masculino, mais pobres, menos escolarizados, com pior acesso a defesa e reincidentes. As pesquisas de crimes auto reportados (Self Reported Crimes) revelam um perfil menos enviesado dos criminosos e sugerem a participação maior de mulheres, brancos, mais ricos e escolarizados no universo do crime. O perfil que podemos obter dos censos penitenciários, desde modo, pode ser tido como é um recorte dos crimes de rua, filtrado pelo sistema de justiça criminal, e obviamente este perfil seria diferente se os órgãos de controle e a sociedade focassem nos crimes de colarinho branco (INFOPEN, 2014, p.32).

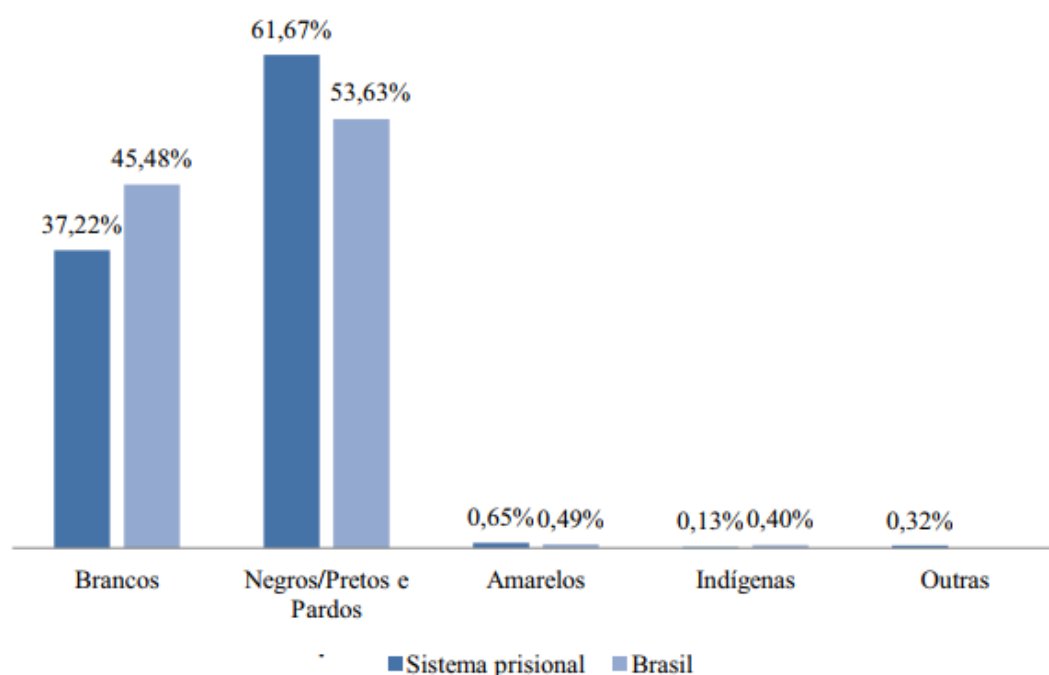
Gráfico 5 - Distribuição sentenças de crimes tentados ou consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade.



Fonte: Infopen, dez./2014.

O perfil raça/cor das pessoas privadas de liberdade é de 61, 67% de pessoas privadas de liberdade negras e pardas. Segue, abaixo, gráfico com a comparação do perfil racial da população prisional com a população brasileira, importante ressaltar que “Na PNAD, a raça/cor do entrevistado é autodeclarada, enquanto os questionários das prisões são respondidos pelos gestores das unidades, e não se sabe qual é o método de coleta dessa informação” (INFOPEN, 2014, p.38).

Gráfico 6 - Percentual da população por raça e cor no sistema prisional e na população geral.



*Não é possível recortar o perfil racial da população brasileira por faixa etária na PNAD.

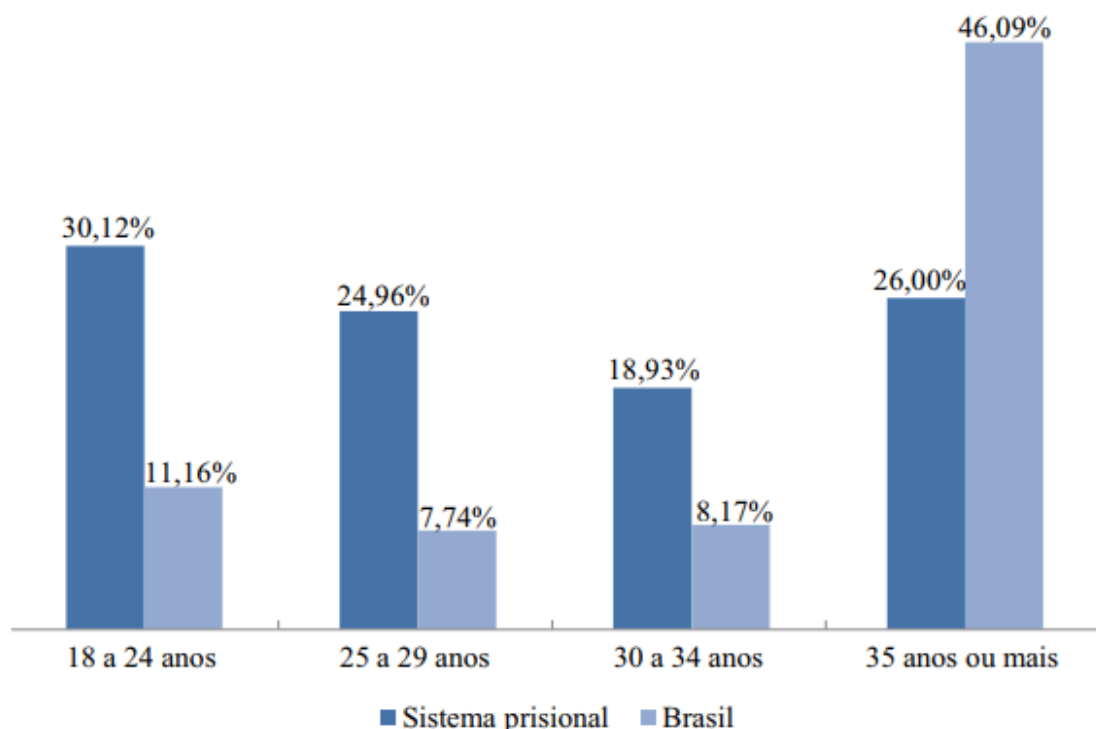
**O questionário preenchido pelas unidades penitenciárias trabalha com a categoria “Negros”, enquanto a PNAD usa “Pretos”. Para fins de comparação, intuiu-se que se trata da mesma categoria.

Fonte: Infopen, dez./2014.

O sistema prisional tem pouco quantitativo de mulheres se comparados aos homens, a média é de 94,2% de homens e 5,8% de mulheres, mas o número de mulheres está aumentando no decorrer dos anos, de 2005 a 2014 a taxa de mulheres presas cresceu 10,7% ao ano, de 12.925 presas em 2005 para 33.793 em 2014. Enquanto a taxa de encarceramento de homens cresce 7% ao ano. Referente à faixa etária “Embora apenas 11,16% dos brasileiros tenham entre 18 e 24 anos, este grupo corresponde a quase um terço da população das prisões” (INFOPEN, 2014, p.42). Sendo que a população prisional é de 55,07% de jovens, de 18 anos a 29 anos, enquanto na população do Brasil essa faixa

etária corresponde a 18,9 %. Segue, abaixo, gráfico com a comparação do perfil da faixa etária da população prisional com a população brasileira (INFOPEN, 2014).

Gráfico 7 - Distribuição por faixa etária no sistema prisional e na população brasileira.



Fonte: Infopen, dez./2014. PNAD, 2014.

No Brasil 89,04% das pessoas privadas de liberdade têm grau de instrução de analfabeto até ensino médio incompleto, ou seja, quase 90% da população prisional precisa da educação básica, que nesse caso deve ser ofertada pela educação de jovens e adultos. O próximo tópico tratará especificamente da escolaridade das pessoas privadas de liberdade, abordando a demanda e oferta de educação.

Resultados da política pública de educação de jovens e adultos junto às pessoas privadas de liberdade: uma análise da demanda e oferta de educação nas prisões do Brasil

O documento do Infopen (2014) relata que a literatura criminológica explica que a política de prevenção eficiente para a redução da criminalidade, e conseqüentemente da população prisional, pode ser alcançada ao manter o jovem na escola pelo menos até o

término do ensino fundamental, ou seja, a política de educação pode diminuir a criminalidade. Esse trabalho não tem a pretensão de discutir os efeitos da educação na sociedade, mas trazer a perspectiva da educação como um direito de todos, principalmente das pessoas privadas de liberdade que historicamente não têm seus direitos atendidos. Em 2014, 75,08% da população prisional era composta por pessoas analfabetas, alfabetizadas informalmente e pessoas que têm até o ensino fundamental completo, se incluirmos as pessoas com ensino médio incompleto alcança-se 89,04% de pessoas privadas de liberdade que não concluíram a educação básica.

Tabela 11 - Grau de instrução da população prisional, por Unidade da Federação

UF	Analfabetos	Alfabetizado (sem cursos regulares)	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior completo	Ensino acima do Superior completo
AC	8,66%	6,67%	53,37%	14,34%	10,36%	6,10%	0,35%	0,14%	0,00%
AL	21,87%	11,82%	43,42%	9,36%	7,05%	5,61%	0,54%	0,27%	0,07%
AM	3,11%	4,09%	52,73%	16,67%	13,49%	9,12%	0,62%	0,16%	0,00%
AP	4,54%	32,30%	19,99%	15,77%	17,80%	7,57%	1,51%	0,52%	0,00%
BA	12,35%	16,06%	45,31%	8,23%	10,95%	6,35%	0,46%	0,30%	0,00%
CE	6,55%	26,36%	46,41%	8,36%	5,73%	5,66%	0,64%	0,29%	0,01%
DF	1,85%	1,50%	57,77%	9,76%	15,55%	11,12%	1,85%	0,60%	0,00%
ES	2,93%	6,01%	53,24%	10,44%	15,54%	10,38%	0,77%	0,55%	0,13%
GO	6,95%	18,71%	33,29%	18,34%	13,27%	8,19%	0,89%	0,33%	0,03%
MA	15,88%	17,11%	30,74%	11,89%	14,14%	8,96%	1,10%	0,17%	0,00%
MG	2,87%	8,68%	54,34%	12,52%	12,81%	7,39%	0,91%	0,41%	0,06%
MS	2,78%	2,68%	60,26%	13,30%	11,34%	7,24%	1,64%	0,74%	0,02%
MT	5,34%	7,78%	50,81%	14,46%	12,97%	7,09%	0,83%	0,72%	0,00%
PA	6,14%	9,36%	57,69%	9,00%	10,46%	6,68%	0,37%	0,29%	0,00%
PB	19,85%	15,52%	34,06%	14,05%	10,00%	5,82%	0,40%	0,27%	0,02%
PE	15,78%	12,59%	47,45%	4,28%	11,55%	7,64%	0,54%	0,16%	0,01%
PI	13,64%	22,73%	38,91%	10,61%	6,26%	5,28%	1,81%	0,78%	0,00%
PR	1,01%	3,53%	63,92%	8,45%	14,53%	6,83%	1,17%	0,51%	0,05%
RJ	2,12%	4,47%	66,46%	12,61%	6,16%	6,90%	0,66%	0,60%	0,02%
RN	14,57%	16,80%	49,42%	5,79%	6,73%	6,01%	0,40%	0,29%	0,00%
RO	5,31%	9,65%	55,52%	10,96%	11,76%	5,66%	0,72%	0,41%	0,02%
RR	2,32%	13,31%	38,68%	7,66%	19,13%	15,39%	2,44%	1,07%	0,00%
RS	3,38%	5,72%	61,20%	12,20%	10,33%	6,04%	0,79%	0,33%	0,01%
SC	2,43%	5,07%	53,42%	15,03%	12,49%	9,71%	1,14%	0,62%	0,09%
SE	6,81%	6,05%	66,44%	6,88%	7,00%	6,20%	0,52%	0,09%	0,00%
SP	2,71%	3,77%	43,36%	18,99%	17,40%	12,25%	1,02%	0,49%	0,01%
TO	8,64%	19,54%	33,43%	19,82%	13,04%	4,91%	0,56%	0,06%	0,00%
Brasil	3,99%	6,73%	49,58%	14,78%	13,96%	9,54%	0,95%	0,46%	0,02%

Fonte: Infopen, dez./2014

“Segundo dados apresentados pelo IBGE no Censo Populacional de 2010, entre as pessoas com mais de 10 anos de idade no Brasil, 32% tem ensino médio completo, enquanto na população prisional em dezembro de 2014 apenas 9,54% havia concluído o ensino médio” (INFOPEN, 2014, p.46). Nota-se que quase metade da população prisional

encontra-se com o ensino fundamental incompleto, se somarmos com os analfabetos e os alfabetizados 60,3% da população prisional não concluiu o ensino fundamental.

Segue abaixo, a Tabela 12 com número de pessoas privadas de liberdade estudando, por estado em 2014, de acordo com o Censo Escolar. Segue, também, Tabela 13 com o número total de presos por estado nesse mesmo ano, com dados do Infopen. Para fins de cálculos e análises a seguir foram utilizadas as Tabelas 12 e 13, realizou-se uma apreciação da relação de demanda e oferta no Brasil e, também, por estado. Para calcular a demanda utilizou-se o total da população prisional, ou seja, carceragens nas delegacias mais o sistema prisional. Importante ressaltar que delegacia não é lugar para as pessoas ficarem presas e que esse problema existente no país piora a oferta de educação, que não é viável nesses locais.

Tabela 12 - Matrículas de pessoas privadas de liberdade, por Unidade da Federação em 2014

UF	Matrículas	Porcentagem
AC	419	0,8
AL	474	0,9
AM	104	0,2
AP	298	0,6
BA	983	1,9
CE	1629	3,2
DF	829	1,6
ES	2936	5,8
GO	617	1,2
MA	346	0,7
MG	6958	13,7
MS	1363	2,7
MT	2258	4,4
PA	355	0,7
PB	1236	2,4
PE	5318	10,4
PI	333	0,7
PR	4669	9,2
RJ	2748	5,4
RN	155	0,3
RO	479	0,9
RR	86	0,2
RS	1897	3,7
SC	989	1,9
SE	69	0,1
SP	13214	25,9

TO	205	0,4
Total	50967	100

Fonte: Censo Escolar, 2014.

Percebe-se que os cinco estados com menor número de presos estudando, do total no Brasil, no ano de 2014 são: SE, RR, AM, RN e TO. Se comparar com o número de presos por estado⁸, apresentado na tabela abaixo, verifica-se que os estados com menor índice de estudo são: AM com 1,2% de seus presos estudando; SE com 1,5%; RN com 2%; RO com 2,7% e PA com 2,8%. Nota-se que RR e TO dão lugar a RO e PA, ainda se citarmos todos os estados com menos de 5% dos presos estudando temos TO com 3,5% e GO com 4%.

Do total de presos, no país, estudando em 2014 têm-se os cinco estados com o maior número de matrículas: SP com 25,9%; MG com 13,7%; PE com 10,4%; PR com 9,2% e ES com 5,8%. Fazendo a comparação do total de presos por estado e o total desses estudando tem-se: MT com 22,3% dos seus presos estudando; PE com 19,8%; ES com 17,6%; PR com 16,7% e PB com 11,8%. Assim, no lugar de SP e MG entram MT e PB. Quando se considera todos os estados que têm 10% ou mais de seus presos estudando pode-se acrescentar MG com 11,3%; AP com 11,2% e PI com 10,5%. Importante ressaltar o caso de SP que aparece no total de matrículas, do Brasil, de 2014 com 25,9% dessas, mas que se comparado ao número de presos de seu estado tem somente 6% de seus presos estudando, ou seja, dos 220.030 presos somente 13.214 estão estudando.

Somente 8 estados alcançaram 10% ou mais de presos estudando por estado. Do total de presos no Brasil em 2014 (622.202) apenas 50.967 estavam matriculados no Censo Escolar, representando 8,2% da população prisional.

Dos dados apresentados, observa-se que, na prática, as pessoas privadas de liberdade ainda não conseguem acessar a política de educação, mesmo que seu direito à educação esteja garantido nas normas jurídicas e normativas educacionais brasileiras.

⁸ Para fins de cálculos foram utilizados dados apresentados na Tabela 13, portanto quando o estado não apresentou o quantitativo de pessoas presas emarceragens nas delegacias ou no sistema prisional optou por usar somente o total que consta na tabela para que nenhum estado ficasse de fora da contagem.

Tabela 13 - Pessoas custodiadas no sistema prisional e carceragens de delegacias

UF	Quantidade de pessoas presas em carceragens nas delegacias			Pessoas presas no sistema prisional			População prisional total (Carceragens + Sistema Prisional)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
AC	NI	NI	NI	4.002	242	4.244	-	-	-
AL	NI	NI	362	5.229	329	5.558	-	-	5.920
AM	944	37	981	7.207	680	7.887	8.151	717	8.868
AP	0	0	0	2.539	124	2.663	2.539	124	2.663
BA	3.284	78	3.362	11.664	585	12.249	14.948	663	15.611
CE	54	0	54	20.529	1.065	21.594	20.583	1.065	21.648
DF	NI	NI	902	12.813	690	13.503	-	-	14.405
ES	9	0	9	15.610	1.075	16.685	15.619	1.075	16.694
GO	160	16	176	14.567	831	15.398	14.727	847	15.574
MA	1.354	81	1.435	5.010	258	5.268	6.364	339	6.703
MG	NI	NI	5.050	53.434	2.908	56.342	-	-	61.392
MS	529	51	580	12.078	1.257	13.335	12.607	1.308	13.915
MT	0	0	0	9.570	568	10.138	-	-	-
PA	NI	NI	664	11.245	713	11.958	-	-	12.622
PB	29	0	29	9.818	603	10.421	9.847	603	10.450
PE	0	0	0	24.971	1.838	26.809	24.971	1.838	26.809
PI	NI	NI	NI	2.947	235	3.182	-	-	-
PR	8.475	722	9.197	17.750	1.057	18.807	26.225	1.779	28.004
RJ	0	0	0	38.326	1.975	40.301	38.326	1.975	40.301
RN	NI	NI	34	6.957	667	7.624	-	-	7.658
RO	7.581	600	8.181	9.134	672	9.806	16.715	1.272	17.987
RR	NI	NI	5	1.432	172	1.604	-	-	1.609
RS	0	0	0	26.313	1.812	28.125	-	-	-
SC	0	0	0	15.780	1.048	16.828	15.780	1.048	16.828
SE	NI	NI	250	4.166	237	4.403	-	-	4.653
SP	2.256	948	3.204	204.797	12.029	216.826	207.053	12.977	220.030
TO	2.800	169	2.969	2.680	123	2.803	5.480	292	5.772
União	NI	NI	NI	397	0	397	-	-	397
Brasil	27.475	2.702	37.444	550.965	33.793	584.758	578.440	36.495	-

Fonte: Infopen, dez./2014

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e esse fundo substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) que vigorou até 2006. O FUNDEB ampliou os recursos

para toda a educação básica, incluindo a educação de jovens e adultos que não era custeada pelo FUNDEF, assim como a educação infantil e o ensino médio (GONÇALVES, 2013). Deste modo, o recorte histórico desse trabalho é a partir do FUNDEB. Os dados apresentados na tabela abaixo, começam em 2008 devido ao Censo Escolar de 2007 não ter uma coleta com informações da população prisional. Assim os presos eram praticamente invisíveis para a política de educação antes de 2008, e a partir desse ano começou a existir a necessidade de coletar dados para ajudar na implementação da política pública de educação nas prisões.

Tabela 14 - Total de pessoas privadas de liberdade matriculadas, por ano. 2008 - 2014

Ano	Total de presos	Total de presos estudando	Porcentagem de presos estudando
2008	451.429	25.884	5,7
2009	473.626	32.358	6,8
2010	496.251	29.217	5,9
2011	514.582	34.802	6,8
2012	548.003	43.599	7,9
2013	581.507	41.226	7,1
2014	622.202	50.967	8,2

Fonte: Censo Escolar – 2008-2014

De acordo com a Tabela 14, pode-se perceber que em 7 anos o número de pessoas presas aumentou em torno de 27%, enquanto o número de pessoas privadas de liberdade estudando cresceu, em termos percentuais, somente 2,5%. Há uma porcentagem de presos estudando desde 2008, sempre menor que 10%, além de não existir um aumento gradativo. Por vezes as matrículas caíram, se apontar como referência o ano anterior desses, tal como em 2010 e 2013.

Tabela 15 - Matrículas de pessoas privadas de liberdade por etapa de ensino - 2014

Etapa de Ensino	Número de matrículas	Porcentagem
EJA - Presencial - Ens. Fundamental Anos Iniciais	14340	28,1
EJA - Presencial - Ens. Fundamental Anos Finais	15641	30,7

EJA - Presencial - Ensino Médio	6529	12,8
EJA - Semipresencial - Ens. Fundamental Anos Iniciais	2567	5
EJA - Semipresencial - Ens. Fundamental Anos Finais	6202	12,2
EJA - Semipresencial - Ensino Médio	4385	8,6
EJA - Presencial - Ens. Fundamental Projovem (Urbano)	150	0,3
Outras etapas	1153	2,3
Total	50967	100

Fonte: Censo Escolar, 2014.

A Tabela 15 detalha as etapas de ensino da população prisional matriculada em 2014 no Censo Escolar. A Tabela 16 registra dados mais concisos referentes às etapas de ensino. Se comparar essas informações com a Tabela 11, da página 62, que apresenta o grau de instrução da população prisional, por unidade da federação, somando os analfabetos, alfabetizados e ensino fundamental incompleto registra-se 60,3% de presos que não concluíram o ensino fundamental, sendo apenas 38.750 presos estudando, o que representa do total do país, apenas 6,2%. Somando ensino fundamental completo com ensino médio incompleto (Tabela 11) há 28,74% de pessoas privadas de liberdade que deveriam estar no ensino médio, enquanto existem somente 1,75% nessa etapa de ensino no Brasil. Importante ressaltar que 25,8% das matrículas, em 2014, são de aulas semipresenciais.

Tabela 16 - Matrículas de pessoas privadas de liberdade por etapa de ensino - 2014 - Dados concisos

Fonte: Censo Escolar, 2014.

Etapas de Ensino	Matrículas	Porcentagem
EJA Fundamental - Anos Iniciais	16907	33,2
EJA Fundamental - Anos Finais	21843	42,9
EJA Médio	10914	21,4
Outras Etapas	1303	2,6
Total	50967	100

Quando se analisa os dados mais detalhadamente observa-se que referente ao sexo, como já informado no perfil da população prisional, 94,2% são homens e 5,8% mulheres, ou seja, 586.114 homens e 36.088 mulheres comparando com o número de matrículas no Censo Escolar tem-se 7,7% de homens estudando e 16,6% de mulheres.

Tabela 17 - Matrículas de pessoas privadas de liberdade, por sexo - 2014

Sexo	Matrículas	Porcentagem
Masculino	44966	88,2
Feminino	6001	11,8
Total	50967	100

Fonte: Censo Escolar, 2014.

Referente à raça/cor não se pode fazer uma análise mais detalhada, pois mais da metade das matrículas do sistema prisional registradas no Censo Escolar de 2014, estão como cor/raça não declarada. Com os dados abaixo, pode-se inferir que do total de pessoas pretas e pardas, 3,96% encontram-se estudando, enquanto do total de brancos 2,79% estão estudando.

Tabela 18 - Matrículas de pessoas privadas de liberdade, por cor/raça - 2014.

Cor/Raça	Matrículas	Porcentagem
Não declarada	29132	57,2
Branca	6462	12,7
Preta	2119	4,2
Parda	13070	25,6
Amarela	109	0,2
Indígena	75	0,1
Total	50967	100

Fonte: Censo Escolar, 2014.

Considerando o perfil da população prisional, 55,07% estão na faixa etária de 18 a 29 anos, ou seja, 342.647 presos, e desses apenas 7,26% estão estudando. Não há possibilidade de analisar os outros dados, devido ao perfil apresentado pelo Infopen referente à faixa etária seguir uma metodologia diferente do Censo Escolar.

Tabela 19 - Matrículas de pessoas privadas de liberdade, por faixa etária - 2014.

Faixa etária	Matrículas	Porcentagem
Jovem - 18 a 29 anos	24908	48,9
Adulto - 30 a 59 anos	25348	49,7
Pessoa idosa - 60 anos ou mais	711	1,4

Total	50967	100
-------	-------	-----

Fonte: Censo Escolar, 2014.

A Lei de Execução Penal (LEP), em seu artigo 21 traz a obrigatoriedade de uma biblioteca por estabelecimento prisional: “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos” (BRASIL, 1984). O documento do relatório final da CPI do Sistema Carcerário (2009), apresenta a porcentagem de bibliotecas por estado, informando que as bibliotecas estão em apenas, aproximadamente, 30% dos estabelecimentos prisionais do país, como pode ser observado na tabela abaixo (BRASIL, 2009a).

Tabela 20 - Percentual de Unidades com bibliotecas por Estado.

UF	Unidades com bibliotecas
AC	8,33%
AL	25,00%
AM	12,50%
AP	33,34%
BA*	66,60%
CE	3,50%
DF	100%
ES	6,90%
GO	16,42%
PA	5,56%
PB	7,32%
PE	4,76%
MA	N/C
MG	45%
MS	4,17%
MT	50%
PI	42,86%
PR	61,09%
RJ	60,47%
RN	N/C
RO	3,45%
RR	50%
RS	N/C
SC	N/C

SE	37,50%
SP	76,39%
TO	15,79%
Média	32,04%

Fonte: Respostas ao requerimento 06 e Plano Diretor dos Estados (BRASIL, 2009a, p.230 e 231).

*Percentual somente nos presos custodiados no sistema penitenciário. O Estado da Bahia é um dos que mais possuem presos em Cadeias Públicas, mais de 7.000 custodiados.

Os dados apresentados nesse item mostram como a porcentagem de pessoas privadas de liberdade que têm acesso ao estudo é ínfima. Isso se deve a vários motivos como os apresentados nesse trabalho, na página 25, a partir da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, que constatou tais questões através de visitas e entrevistas mostrando a precariedade da oferta de educação nas prisões. Ainda, a CPI do Sistema Carcerário (2009) identificou alguns desafios na realização do atendimento ao direito à educação no sistema prisional.

Nas diligências realizadas, a CPI constatou nos estabelecimentos penais: falta de espaço físico destinado às atividades educacionais, falta de material pedagógico, profissionais mal pagos e desestimulados, somando-se, ainda, o fato de que são poucas as escolas existentes, embora uma grande vontade, da maioria dos presos, de estudar (BRASIL, 2009a, p.232).

O Projeto Educando para liberdade, mencionado anteriormente nesse trabalho, dentre suas atividades, realizou visitas aos Estados do Acre, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará e Pernambuco, fazendo também um diagnóstico a partir dos questionários aplicados nos estabelecimentos penais para “[...] gestores das UPs; agentes prisionais; técnicos estaduais; professores; alunos reclusos; escolas” (ANDRIOLA et al., 2009, p.41). A partir desse diagnóstico pode-se perceber que nos resultados, de 39 escolas visitadas, 30 (76,9%) têm dificuldades para o funcionamento das aulas, como “[...] dificuldades na condução de pessoas presas às salas de aulas (53,3% ou N=16); falta de material didático para as aulas (50% ou N= 15); desrespeito as regras internas de segurança (46,7% ou N= 14); a falta de recursos pedagógicos para os reclusos (46,7% ou N= 14)” (ANDRIOLA et al., 2009, p.44). Os alunos, no total de 1.182 respostas, 47,7% (564) informaram que existem dificuldades para freqüentar as atividades escolares e que os fatores com maior ênfase são: 40,2% dos alunos (227) falaram sobre a falta de

colaboração dos agentes prisionais; 31,9% (180) sobre a excessiva preocupação e estresse; 24,5% (138) referente à falta de merenda; 21,3% (110) relataram a coincidência dos horários das aulas com os trabalhos internos (ANDRIOLA et al., 2009, p.52).

De acordo, com o Tribunal de Contas da União que realizou auditorias em estabelecimentos penais sobre ações de profissionalização do preso, avaliando atividades referente à educação, qualificação profissional e trabalho, a pesquisa foi realizada em 9 estados, em cada estado foram visitadas duas unidades prisionais. A auditoria constatou que existem dificuldades para o desenvolvimento das atividades educacionais de toda natureza, como na “[...] falta de suporte operacional, gerencial e de financiamento” (BRASIL, 2002, p.13).

A ênfase na segurança, a falta de recursos (materiais, humanos e de infraestrutura) e as condições insalubres de trabalho dificultam e, em muitas circunstanciais, até impedem a condução das atividades educacionais nos presídios. Uma das causas imediatas para a baixa oferta de vagas é a falta de espaço físico para o desenvolvimento de atividades educativas ou produtivas (BRASIL, 2002, p.13).

Ainda, a respeito do diagnóstico realizado pelo Projeto Educando para Liberdade, relativo ao tempo pedagógico para atividades em salas de aulas, dos 195 professores, 34,9% (68) acreditam que esse tempo é pouco adequado e 7,7% (15) que é inadequado. Referente ao grau de instrução de tais professores 42,3% (82) só tem nível superior, enquanto somente 28,8% (56) têm pós-graduação. Sobre o Projeto Político Pedagógico, 39,3% (75) dos professores afirmaram não existir na escola em que atuam (ANDRIOLA et al., 2009). A auditoria realizada pelo TCU constata a ineficiência das atividades educativas em unidades prisionais. “A forma ineficiente como têm sido conduzidas as atividades de educação e trabalho tem prejudicado o desenvolvimento, e, até mesmo, a possibilidade de manutenção de aptidões para a vida produtiva e social necessárias à melhoria das condições de acesso do preso ao mercado de trabalho” (BRASIL, 2002, p. 12).

A partir dos dados expostos acima, observa-se que o acesso aos estudos da população prisional é mínimo. Seguem declarações referentes à importância do acesso aos estudos para mais pessoas privadas de liberdade e algumas propostas para que esse percentual aumente.

Quando perguntado aos alunos presos (1.182), no diagnóstico do Projeto supracitado, sobre os motivos que os levaram a estudar, a principal motivação foi para

aprender novos conhecimentos com 85,7% dos alunos (1.010); em segundo lugar 74,1% (874) para concluir os estudos e obter remissão de pena, apareceu em terceiro lugar com 70,5% (831). Referente às mudanças que a educação proporcionou em suas vidas, 86,3% dos alunos informaram que “[...] as mudanças mais contundentes ocorreram no âmbito pessoal e nos hábitos de estudo, que se intensificaram” (ANDRIOLA et al., 2009, p.53). Tem-se como exemplos: 87,1% informam sobre retorno do interesse pelos estudos; 83,8% maior autovalorização; 83,6% maiores chances de reabilitação e de ressocialização (ANDRIOLA et al., 2009, p.53).

Infere-se que nos dados apresentados relativos aos motivos para estudar e às mudanças que a educação proporciona, os alunos pesquisados poderiam escolher mais de uma opção de resposta. Dos presos estudantes 82,4% reconhecem que a educação é um direito e 17,6% a entendem como uma concessão (ANDRIOLA et al., 2009). Aguiar (2012), em sua tese, apresenta pesquisas realizadas sobre o Programa Projovem Urbano nas Unidades Prisionais, que ocorreram em 2009 e 2010, com encerramento das atividades em fevereiro de 2011. Do universo de 92 alunos do Rio de Janeiro que responderam ao questionário, a remissão de pena apareceu como principal motivo para participarem do Programa. Sobre as mudanças em suas vidas após a participação no Programa “[...] os alunos falam de um novo olhar sobre seus direitos, sobre maior motivação para os estudos, sobre o cuidado com sua saúde e o ambiente prisional e sobre novas formas de relação entre os companheiros de prisão” (AGUIAR, 2012, p.148).

Além disso, Aguiar (2012) expõe as falas de educadores, agentes penitenciários e gestores sobre a percepção da mudança de comportamento dos alunos do programa supracitado. Segue exemplo do depoimento de um dos educadores: “[...] a fala deles é totalmente diferente hoje. Antigamente eles falavam muita gíria, gesticulavam de forma às vezes até agressiva [...] O comportamento deles é totalmente diferente, a relação com o outro é diferenciada. Eles se respeitam mais, trocam mais também” (AGUIAR, 2012, p.157 e 158, Grupo Focal de Educadores). Outro exemplo sobre essa mudança é a fala de um dos agentes penitenciários: “[...] o preso que tem mais qualificação, normalmente ele se porta de uma maneira melhor. [...] a gente observa sim essa transformação. Pelo menos na minha opinião, é bem visível ... em projetos passados eu já vi presos que entraram praticamente analfabetos e saíram fazendo poesia ” (AGUIAR, 2012, p.158).

A partir da auditoria do TCU (2002) constatou-se a importância dos presos participarem de atividades educacionais.

[...] constatou-se que os presos que participam de atividades de elevação da escolaridade, qualificação profissional e/ou trabalho apresentam evidências de melhoria de auto-estima e do convívio social, demonstrando, entre outras, atitudes de esperança no futuro, cuidado com a higiene, preocupação com a aparência e noções de seus direitos e deveres em sociedade (BRASIL, 2002, p.12).

A partir das referências utilizadas, percebe-se que, independentemente das datas pesquisadas, os problemas referentes à educação nas prisões prevalecem até os dias atuais.

A educação para as pessoas privadas de liberdade é vista com diversas finalidades, de acordo com estudiosos do tema, essa educação pode apresentar (BRASIL, 2010a):

[...] principalmente três objetivos imediatos que refletem as distintas opiniões sobre a finalidade do sistema de justiça penal: (1) manter os reclusos ocupados de forma proveitosa; (2) melhorar a qualidade de vida na prisão; e (3) conseguir um resultado útil, tais como ofícios, conhecimentos, compreensão, atitudes sociais e comportamento, que perdurem além da prisão e permitam ao apenado o acesso ao emprego ou a uma capacitação superior, que, sobretudo, propicie mudanças de valores, pautando-se em princípios éticos e morais. Esta educação pode ou não se reduzir ao nível da reincidência. Já os demais objetivos fazem parte de um objetivo mais amplo que a reintegração social e desenvolvimento do potencial humano (BRASIL 2010a, p.13).

Sabe-se que a opinião pública reflete na organização da educação nas prisões (MAEYER, 2006), e, que muitas vezes a população é contra a oferta de educação para as pessoas privadas de liberdade (UNESCO, 2006). O direito à educação, por muitos ainda é visto como privilégio, tanto entre os trabalhadores do sistema penitenciário quanto na sociedade em geral (BRASIL, 2010a). Percebe-se na tese de Aguiar (2012), a partir das entrevistas realizadas com os gestores das unidades prisionais, como esses entendem o direito à educação para as pessoas privadas de liberdade. De acordo com o autor, alguns reconhecem o direito, no entanto outros não enxergam a educação como direito, refletindo o que foi apontado na citação acima no primeiro e segundo objetivo da educação para as pessoas privadas de liberdade.

Na fala dos gestores, apesar de o direito à educação aparecer reconhecido na maior parte das vezes, demonstrando que há muitos avanços nas políticas de execução penal no Estado e nas concepções que tratam da assistência educacional ao preso, é possível ainda identificar uma tendência a associar o direito à educação com uma função “pacificadora” das prisões, o que, por um lado, pode representar as contradições que fundamentam a ideia de direito, mas, por outro, refletem o difícil papel exercido por aqueles que diariamente

precisam encontrar razões e motivos que justifiquem, junto a seus pares, as práticas educacionais no interior das prisões (AGUIAR, 2012, p.140).

O relatório final da CPI do Sistema Carcerário explica alguns motivos para se aumentar à taxa de pessoas privadas de liberdade com acesso a educação, “[...] acredita que a remição da pena pelo estudo, pela cultura e pelo esporte reduz a população prisional, diminui custos para o Estado, aumenta a autoestima dos apenados e possibilita o seu retorno capacitado ao convívio social” (BRASIL, 2009a, p.232).

O deputado estadual do Pará, Lélcio Costa, informou na CPI do Sistema Carcerário que o déficit de vagas de seu estado é maior que 4 mil, esclarecendo que não adianta somente criar mais vagas, pois o problema continuará “[...] se não se investir em políticas de inclusão social mais efetivas e em educação [...]” (BRASIL, 2017a, p.143).

A Comissão Parlamentar de Inquérito, em seu relatório final, resolveu retomar os debates de algumas proposições legislativas que já estavam em trâmite na Câmara dos Deputados, são eles:

Projeto de Lei nº 1455/2007, de autoria do Deputado Dr. Ubuali, que estabelece condições para capacitação para o trabalho, educação e reinserção social do preso, tornando o estudo obrigatório ao detento durante o tempo em que estiver cumprindo sua condenação, respeitando a sua vocação e a sua limitação intelectual;

Projeto de Lei nº 1595/2011, de autoria da Deputada Erika Kokay, que torna obrigatória a oferta do ensino fundamental e médio ao preso e ao internado, determina que a educação profissional seja ministrada nos termos da legislação educacional vigente e assegura ao preso e ao internado o direito de prestar exames realizados pelo Poder Público;

Apresentação de Indicação ao Ministério da Educação, para que elabore um Plano Nacional de Educação para os Egressos do Sistema Penitenciário e para as Pessoas em Cumprimento de Pena (BRASIL, 2017a, p.314).

Projeto de Lei, inclui a qualificação profissional de pessoas em cumprimento de pena no escopo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico – PRONATEC, e estabelece a obrigatoriedade do ensino profissional no sistema prisional (BRASIL, 2017a, p.362).

A justificativa para o projeto de lei que torna o ensino profissional obrigatório no sistema prisional é que essa oferta é importante para “[...] a efetivação de um processo de ressocialização” (BRASIL, 2017a, p.363 e 364). Vale ressaltar que a própria CPI constatou que um enorme problema existente é que o Poder Público negligencia a “[...] ressocialização dos presos e egressos. Aliás, uma reclamação feita a este Colegiado em quase todas as diligências realizadas diz respeito à falta de oportunidade de estudo para as pessoas que estão cumprindo pena ou para os egressos do sistema penitenciário”

(BRASIL, 2017a, p.371), justificando-se, assim, a relevância de se elaborar um Plano Nacional de Educação para os egressos do sistema penitenciário e para as pessoas em cumprimento de pena.

Toda decisão política supõe uma justificativa: a educação na prisão tem uma porção de justificativas (explícitas) e preocupações: garantir um mínimo de ocupação para os internos (ter certeza de que a segurança e a calma estejam garantidas), oferecer mão-de-obra barata para o mercado de trabalho, quebrar o lado ruim da personalidade e construir um novo homem e uma nova mulher, apresentando atitudes e comportamentos religiosos, oferecer ferramentas para a vida externa, reeducar, reduzir a reincidência, etc. Cada uma dessas justificativas é motivada pela visão ideológica das autoridades de cada país (MAEYER, 2006, p.19).

Independentemente de questões como: a ressocialização; a educação ser boa para “manter os presos ocupados de forma proveitosa”; pessoas privadas de liberdade que estudarem e por isso não reincidirem; dentre outras formulações para tentar comprovar que a educação em prisões deve ser realizada, é importante destacar que a educação é um direito humano e deve ser cumprido, logo não precisa de justificativa para ser ofertada.

A educação nunca deve ser justificada por objetivos de reabilitação. Não estamos seguros de que graças à educação a reincidência diminua (em uma semana, um mês, em dez anos? Como avaliar?). Mesmo que a educação não tenha nenhum efeito sobre a reincidência, o direito à educação na prisão deve ser mantido e preservado. A educação não deve jamais ser instrumentalizada. É um direito, simplesmente. Não devemos explicar ou convencer (UNESCO, 2006, p.55).

Como exposto por Scarfó (2009) tratar a educação somente como uma forma de reintegração social afasta o caráter de direito e reduz a potencialidade de mudança que a educação traz consigo, sobretudo a cidadania, “[...] evitando o processo de se tornarem pessoas protagonistas, com voz própria, que desenvolvam um olhar crítico capaz de entender e transformar sua realidade” (SCARFÓ, 2009, p.111).

[...] vale lembrar que os objetivos da educação nas prisões são diferentes dos objetivos da pena. Considerar a educação como parte do tratamento penitenciário, faz pensar a educação como reinsersora, ressocializadora, reeducadora, reabilitadora, entre outras qualificações. É muito comum que, no âmbito penitenciário, se confunda o tratamento penitenciário com a educação, impregnando nesta um caráter terapêutico e compensatório de socialização (a partir da perspectiva do tratamento), que reduz o potencial transformador e o impacto auspicioso da educação como direito humano e, portanto, não expõe seu embasamento fundamental que é a dignidade das pessoas (SCARFÓ, 2009, p.111).

Diante do exposto, o Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993, traz em seu 5º princípio fundamental: “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (BRASIL, 1993, p.3). Portanto os assistentes sociais têm o dever ético de lutar e defender os direitos sociais, para que a justiça social seja efetivamente garantida as classes invisíveis, por meio de políticas públicas e participação democrática. Nesse sentido, torna-se fundamental a intervenção dessa categoria profissional junto aos governos, sempre que possível, para que as políticas voltadas à educação de jovens e adultos privados de liberdade sejam aplicadas a todos que delas necessitam, bem como da defesa do aprimoramento dessas políticas.

CONCLUSÃO

Ao longo de toda a sua duração histórica, as prisões revelam-se instituições nas quais a afirmação da cidadania sempre se mostrou difícil e intrincada. Mesmo quando existem alguns progressos no reconhecimento formal de direitos e garantias dos presos e das presas, tudo acaba diluindo-se num modelo desumano e segregacionista de custódia, no qual não há espaço para mais nada além de grades e carcereiros” (UNESCO, 2006, p.11).

Com a finalidade de entender se a educação em prisões, no Brasil, é realmente implementada, essa monografia trouxe uma compilação das normas jurídicas e normativas educacionais nacionais referentes ao direito à educação para as pessoas privadas de liberdade, apresentando os mecanismos e estratégias atuais existentes para que esse direito seja de fato garantido, expondo, ainda, dados sobre a demanda e oferta de educação em prisões.

A educação no Brasil passou a ser considerada um direito a partir da Constituição Federal de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 a educação de jovens e adultos foi integrada à educação básica, e somente com a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), em 2006 que as políticas de financiamento para EJA foram realmente implantadas (BRASIL, 2009c). A educação em prisões começou a ser mais visível em 2005, com o Projeto Educando para Liberdade, no qual participaram vários representantes do governo e da sociedade civil com vinculação ao tema, a metodologia de construção coletiva e os princípios desse projeto contribuíram para a construção das Diretrizes Nacionais para educação em prisões, nas mudanças da Lei de Execução Penal (LEP), na criação de normativas educacionais, maiores financiamentos de projetos, entre outros (UNESCO, 2006).

Atualmente, as principais garantias educacionais para o público privado de liberdade, são constituídas pelas seguintes fontes normativas: a Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Lei de Execução Penal de 1984; a Constituição de 1988; a Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996; o Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996; o Parecer da CEB nº 11 de 2000; a Resolução nº 3 de 11 de março de 2009, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; a Resolução nº 2 de 19 de maio de 2010, do Ministério da Educação; o Parecer

do CNE/CEB nº 4 de 2010; o Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011; a Recomendação nº 44 de 26 de novembro de 2013; o Plano Nacional de Educação de 2014; a Resolução CNE/CNPCE nº 04, de 30 de maio de 2016, e a Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017.

As estratégias e mecanismos existentes como política pública de educação, instituídos pelo Ministério da Educação são as seguintes ações, programas e projetos visando garantir o que está estabelecido nas legislações: a remição de pena pelo estudo, que teve início em 2011, e pela leitura (instituída em 2013) de pessoas privadas de liberdade; as Novas Turmas de EJA, que começou em 2012; a Formação Continuada de Profissionais de Educação Básica; o Plano de Ações Articuladas (PAR), instrumento de planejamento criado em 2011; o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) constituído em 2003; o Programa Nacional do Livro Didático de Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA), que teve início em 2009; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego de Educação de Jovens e Adultos (Pronatec EJA), que foi estabelecido em 2013; o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que começou em 2006; o Programa Mulheres Mil, que iniciou com um projeto piloto em 2007, porém a parceria para realizar sua metodologia no sistema prisional começou em 2016; e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Urbano (ProJovem Urbano), que foi instituído em 2008.

Essa base de documentos e informações possibilitou verificar que existiram avanços relacionados à criação de leis, normas jurídicas, diretrizes e normativas educacionais que reconhecem a educação como um direito de todos, e especificamente das pessoas privadas de liberdade, mas essas normas jurídicas e normativas educacionais não são suficientes, até hoje, para realmente garantir o direito dessas pessoas à educação.

Nota-se, também, mecanismos e estratégias para implementação da educação em prisões, como as ações, projetos e programas para atender ao público pesquisado, mas que por diversos motivos expostos ao longo desse trabalho, as pessoas privadas de liberdade não estão recebendo a devida atenção quanto à questão da educação, pois se percebe através dos dados que a demanda para educação é muito maior que a oferta, não chegando a 10% do total de presos. Deste modo, as normas jurídicas e normativas educacionais não estão sendo cumpridas, podendo-se afirmar que há um desrespeito a elas. Porém é importante ressaltar que, de 2008 a 2014, houve uma taxa de atendimento em torno de 7%, sendo que isso, também, ocorre em função do crescimento exponencial

do número de presos no Brasil. Analisando a série histórica há um crescimento considerável na oferta de educação para pessoas privadas de liberdade por ano, entretanto esse crescimento é insuficiente para acompanhar o aumento de encarcerados.

Portanto, a política pública evoluiu instituindo marcos legais para garantir o direito à educação das pessoas privadas de liberdade, porém, é necessária uma reformulação da política de educação e/ou a necessidade de se retomar uma metodologia de construção coletiva, como ocorreu em 2005, com o Projeto Educando para Liberdade. Deste, participaram vários sujeitos envolvidos com o tema, para que a atenção se volte a esse assunto e que se estabeleça uma maneira de modificar o ínfimo quantitativo de pessoas privadas de liberdade que têm acesso as atividades educacionais e, também, para que reconstruam as discussões referentes ao modo como a educação está sendo tratada no âmbito do sistema prisional.

Existem muitos desafios nesse campo, e “[...] as singularidades do ambiente prisional e a pluralidade de sujeitos, culturas e saberes” (UNESCO, 2006, p.35) não podem ser ignoradas para que realmente ocorra alguma mudança. Para Julião (2011), a transformação precisa acontecer a partir de uma reforma da política de execução penal. O crescimento da oferta de educação em prisões, também, depende do aumento nos espaços para as práticas educativas e/ou na oferta de educação a distância. Independentemente da reformulação que precisa ser realizada, é necessário que algo seja feito para que o direito à educação das pessoas privadas de liberdade seja de fato concretizado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alexandre da Silva. Educação de jovens e adultos privados de liberdade e o programa nacional de inclusão de jovens em unidades penais do estado do Rio de Janeiro:/ Alexandre da Silva Aguiar – UFMG/FaE, 2012. 199 p., enc.

ANDRIOLA, Wagner et al. Projeto Educando para Liberdade: a educação prisional em foco. In: UNESCO. Educação em prisões na América Latina: direito, liberdade e cidadania. Brasília: UNESCO; OEI; AECID, 2009.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Ed. Moderna. 2013. Disponível em:<<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A833F33698B013F346E30DA7B17>>. Acesso em: 25 set. 2017.

AÇÃO EDUCATIVA. Educação de Jovens e Adultos. Censo Escolar 2013: Matrículas na Educação de Jovens e Adultos registra queda de 20%. Ação Educativa. São Paulo, 04 out. 2013. Disponível em:< <http://acaoeducativa.org.br/blog/2013/10/04/censo-escolar-2013-matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos-registra-queda-de-20/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 maio. 2017.

BRASIL. Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993. Conselho Federal de Serviço Social. 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. CPI sistema carcerário. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009a. 620 p. – (Série ação parlamentar ; n. 384)

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Realidade do Sistema Carcerário Brasileiro. CPI – sistema carcerário brasileiro [recurso eletrônico] : relatório final / Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Realidade do Sistema Carcerário Brasileiro. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017a. – (Série comissões em ação ; n. 57 PDF)

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação n. 44, de 26 de novembro de 2013a.** Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Disponível: <http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/recomendacao/recomendacao_44_26112013_27112013160533.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam? / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro, Júlio Jacobo Waiselfisz. Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB nº: 11/2000a**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000b**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em: 01 maio. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº: 4/2010a**. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=444-5-pceb004-10&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 maio. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 30 de maio de 2016a**. Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4299-1-rceb004-16-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 out. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Referência Pronatec Educação de Jovens e Adultos. Brasília. 2013b.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 48, de 11 de dezembro de 2013c**. Altera o art. 4º, o caput e o § 2º do art. 6º, o art. 8º, o caput do art. 15, no qual se inclui o § 4º, e os arts. 18 e 23 da Resolução CD/FNDE nº 48, de 2 de outubro de 2012. Disponível em:<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000048&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC>. Acesso em: 15 maio. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução nº 9, de 16 de dezembro de 2016b**. Estabelece os procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e para o pagamento de bolsas aos voluntários que atuem no Programa Brasil Alfabetizado a partir do ciclo de 2016. Disponível em:<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000009&seq_ato=000&vlr_ano=2016&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 15 maio. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução nº 5, de 31 de março de 2017b**. Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal para manutenção de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos a partir de 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000005&seq_ato=000&vlr_ano=2017&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 15 maio. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução nº 51, de 16 de setembro de 2009b**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2009/res051_16092009.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Formação continuada de profissionais de educação básica. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/bolsas-e-auxilios/eixos-de-atuacao/formacao-continuada-de-profissionais-de-educacao-basica>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Dados Censo Escolar 2007-2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico – Censo Escolar 2010. P. 17-20. 2010b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/divulgacao_censo2010_revisao_04022011.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. Censo Escolar Educação Básica 2012 – Resumo Técnico. Brasília, p. 25 – 27. 2013d. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010c**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 maio. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 48, de 2 de outubro de 2012**. Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal para manutenção de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos, a partir do exercício 2012. Disponível em:

<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000048&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 15 maio. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Coletânea de textos CONFINTEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas / Organizado por Paulo Gabriel Soledade Nacif, Arlindo Cavalcanti de Queiroz, Lêda Maria Gomes e Rosimere Gomes Rocha. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. – Brasília: MEC, 2016c. 379 p., il.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) / Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. – Brasília: MEC, 2016d. 152p. , il.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/apresentacao>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica **Nota Técnica nº 32/2016/CGRI/DIR/SETEC**. Trata-se da implementação da metodologia de Acesso, Permanência e Êxito, do Programa Nacional Mulheres Mil na oferta de cursos de educação profissional e tecnológica em unidades prisionais femininas. 2016e.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Relatório de Gestão Consolidado Exercício 2015. Brasília. Abril, 2016f. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49951-rg-se-mec-2015-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 03 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Resolução nº 03, de 11 de março de 2009d**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 maio. 2017.

BRASIL. OBSERVATÓRIO do PNE. Metas do PNE. 2013e. Disponível em:<<http://www.observatoriopne.org.br/metas-pne>>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994**. Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp79.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.500 de 26 de outubro de 2017c**. Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre a transferência de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para permitir a prestação de serviços, em caráter excepcional e voluntário, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), na qual se inclui a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), e as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga a Medida Provisória nº 755, de 19 de dezembro de 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13500.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 maio. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6093.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011a**. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10027-decreto-7626-24-novembro-2011&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 maio. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10029-lei-7210-11-julho-1984&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 maio. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 maio. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011b**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm>. Acesso em: 15 maio. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014a.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 01 maio. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. p. 37-38. 2014b. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República **Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008a.** Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei no 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências. Brasília, 4 de novembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6629.htm>. Acesso em: 05 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008b.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília, 10 de junho de 2008; 187º da Independência e 120º da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11692.htm>. Acesso em: 05 out. 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, 2008c. P. 158.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Avaliação do TCU sobre a profissionalização do preso. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e avaliação de Programas de Governo, 2002.

CARRREIRA, Denise Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras / Denise Carreira e Suelaine Carneiro - São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009. 116 p. Disponível em:<<http://www.cmv-educare.com/wp-content/uploads/2013/07/FINAL-relatorioeduca%C3%A7%C3%A3onasprisoesnov2009.pdf>>. Acesso em: 01 maio. 2017.

CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro; NOMA, Amélia Kimiko. Reparação da dívida social da exclusão: uma função da educação de jovens e adultos no Brasil? Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p 225-237, mai.2009 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art14_33esp.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2017.

COSTILLA, Lucio Oliver. O novo na sociologia latino-americana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 244-273.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa/ Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 12. ed. Tradução: Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. Paz e Terra. s.d..

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GONÇALVES, Adriano de Freitas. A evolução histórica do financiamento educacional brasileiro e a importância do FUNDEF/FUNDEB para a educação básica de Mairiporã. 2013. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas em Educação. Universidade Cidade de São Paulo - UNICID. São Paulo. 2013.

INESC. Segurança Pública e Cidadania: uma análise orçamentária do PRONASCI. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2011.

INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN. Atualizado – Junho de 2016/ organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rosa ... [et al.] – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. 65p.

INFOPEN. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN. Brasília, dez. 2014.

JULIÃO, Elionaldo F. A educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade: desafios e perspectivas para a consolidação de uma política nacional. In: UNESCO. Educação em Prisões na América Latina: direito, liberdade e cidadania. - Brasília: UNESCO; OEI; AECID, 2009, p.61-71.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A ressocialização por meio do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro. Em *Aberto*, Brasília, v. 24, n. 86, p. 141-155, nov. 2011.

MACHADO, Maria Margarida. Contexto histórico da EJA no Brasil. s.d..

MAEYER, Marc de. Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida? Alfabetização e Cidadania: revista de educação de jovens e adultos. - Brasília: RAAAB/UNESCO/Governo Japonês, 2006.

MARCÃO, Renato. Conjur. Consultor Jurídico. Remição é aplicável ao condenado por crime hediondo. Jul, 2011. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-jul-12/remicao-pena-estudo-aplicavel-condenado-crime-hediondo>>. Acesso em: 15 maio. 2017.

NAITO, Maria José Mafra. Educação de Jovens e Adultos na Visão de Professores em Situação de Formação Continuada. Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC - Florianópolis, SC, jul. 2006. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_421.html>. Acesso em: 20 set. 2017.

PEDAGOGIA AO PÉ DA LETRA. EJA: Educação de Jovens e Adultos, Um Breve Histórico. Pedagogia ao Pé da Letra. Maio, 2013. Disponível em: <<http://pedagogiaaopedaletra.com/eja-educacao-de-jovens-e-adultos-um-breve-historico/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

PNDH - I Programa Nacional de Direitos Humanos. 1996. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/i-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-1996.html>>. Acesso em: 01 maio. 2017.

RAMOS, Débora Oliveira. A branquitude como uma estrutura e a questão social negra no Brasil: uma premissa analítica da produção científica do Serviço Social no ENPES e CBAS. 2016. 83 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry, Pesquisa social: métodos e técnicas/ Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (etal.) – 3. ed. -14. São Paulo: Atlas, 2012.

SCARFÓ, Francisco. A educação pública em prisões na América Latina: garantia de uma igualdade substantiva. In: UNESCO. Educação em Prisões na América Latina: direito, liberdade e cidadania. - Brasília: UNESCO; OEI; AECID, 2009, p.107-137.

SIMEC. Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle. Ministério da Educação. 2014.

SOARES, Luiz Eduardo. Prefácio. In: RAMOS, S.; MUSUMECI, L. Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Civilização Brasileira e CESeC, 2005. Disponível em : <<https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/06/PREFACIO-Elemento-suspeito.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. Tortura no Brasil, uma herança maldita. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos.

Coordenação Geral de Combate à tortura (org.). Tortura. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Fernanda Ribeiro; ALTOÉ, Panmella Barbosa; SILVA, Zilmara Santos. Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos: Um Estudo de Caso na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio PIO XII. São Mateus, 13 – 63, 2013. Disponível em: <<http://saomateus.multivix.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/evasao-escolar-na-educacao-de-jovens-e-adultos.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004.

UNESCO. Educando para a liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. – Brasília : UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2006. 70 p.

UNESCO. Educação em prisões na América Latina: direito, liberdade e cidadania. – Brasília: UNESCO, OEI, AECID, 2009. 188p. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162643por.pdf>>. Acesso em: 01 maio. 2017.

UNESCO. Marco de Ação de Belém. Sexta conferência internacional de educação de adultos (Confintea VI). Brasília, abr. 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001877/187787por.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017.

WASELFISZ. Julio Jacobo. Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil. Flacso Brasil. 2016.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997.